



23 Maio 2016
Segunda-Feira
Semanário - Ano 1
Nº10 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

OSCILAÇÕES PRESSIONAM Moedas quedam duas vezes

Em duas semanas, três das principais moedas internacionais caíram, face ao kwanza. O dólar mantém-se nos 166,7 kwanzas. O euro, yuan e o rand caminharam no sentido contrário, com a segunda queda registada em 11 dias. Pág. 14

CUSTOS OPERACIONAIS TAMBÉM ENTRE AS DIFICULDADES

CFB degrada-se por falta de uso e de carga

INFRA-ESTRUTURA. Além de as obras não terem terminado, as mercadorias disponíveis para transportar estão muito aquém das necessidades dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, uma vez que a Zâmbia e o Congo Democrático ainda não construíram os ramais que permitiriam o escoamento de parte da exploração mineira de ambos, pelo Porto do Lobito. A explicação é a alegada falta de entendimento com as autoridades angolanas. Pág. 10



CARGA TRIBUTÁRIA EM ANÁLISE

Reforma à espera de resultados

Mais de seis anos após o lançamento da reforma tributária que incluiu um perdão fiscal até 2012, os resultados continuam longe de consensos. Entre 2011 e 2015, a contribuição do sector não petrolífero, no conjunto da receita tributária, ficou-se pelos 24,2%, face aos 75,9% do sector petrolífero. Pág. 4 a 9



PUBLICIDADE CAI 50%

Investidores cortam 200 milhões USD

Dos cerca de 400 milhões de dólares de volume de negócios no mercado da publicidade, os números recuaram para cerca de metade. Os cálculos são do presidente da Associação das Agências de Publicidade, José Guerreiro, e a explicação é a crise económica. Pág. 12



POUCA INFORMAÇÃO

Estrangeiros reclamam 'roubo' de divisas

O VALOR ouviu relatos de vários estrangeiros que se dizem "enganados", pela alegada informação insuficiente sobre as novas regras de saídas de divisas pelas fronteiras angolanas. Houve quem tivesse visto cinco mil dólares transformarem-se em pouco mais de mil dólares, depois de aplicada a multa pelas autoridades tributárias. Pág. 15

Moedas AKZ **USD** 166,7 Kz (+0) **▲** **EUR** 188,1 Kz (-1,8) **▼** **LIBRA** 241,0 Kz (+0,4) **▲** **YUAN** 25,4 Kz (-0,1) **▼** **RAND** 10,6 Kz (-1) **▼**

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



A semana

3 PERGUNTAS A...



Belarmino Jelembi

Director-geral da ADRA

Como avalia o comércio de fertilizantes nesta fase de crise?

A comercialização dos fertilizantes hoje é feita por privados. Existem alguns agentes que fazem importação e uma vasta extensão de retalhistas. O Estado sempre foi um dos grandes fornecedores de fertilizantes. Hoje a situação é muito difícil. Com as limitações de acesso aos dólares, o produto escasseou e os preços subiram muito. Antes destes constrangimentos, o saco de 50kg de adubos custava 5 mil kwanzas. Hoje custa 20 mil kwanzas.

Que medidas podem ser tomadas?

No curto prazo, a solução é retirar os embargos à importação. Priorizar a disponibilidade de divisas nos bancos; concertação entre comerciantes, para que sejam aumentadas as quantidades, sem ser necessário se preocupar com a importação. Quanto a medidas de médio e longo prazo é a implantação de fábricas de adubos.

A falta deste produto pode prejudicar as próximas produções?

Não há dúvida quanto a isso. As principais culturas, viradas para o mercado, como as hortícolas e algumas leguminosas são muito dependentes destes produtos.

TERÇA-FEIRA

Angola e o Brasil prorrogaram por mais um ano o acordo de cooperação técnica a nível da capacitação de quadros angolanos em técnicas de aquicultura e gestão de recursos pesqueiros. O acordo, existente entre os dois países, foi rubricado por órgãos especializados do sector.

QUARTA-FEIRA

O BNA divulgou, em comunicado, que disponibilizou aos bancos comerciais, no período de 9 a 13 deste mês, 217,8 milhões de dólares, a taxa de câmbio média de USD=KZ 166,708. O banco central colocou ainda no mercado primário Títulos do Tesouro no montante de 56,9 mil milhões kwanzas.

QUINTA-FEIRA

Um contrato de investimento privado, avaliado em cerca de 15,3 milhões dólares, que visa a concepção e exploração de uma unidade fabril para fabrico e montagem de contadores de energia eléctrica, foi assinado, em Luanda, entre a UTIP e a empresa Energitec.

SEXTA-FEIRA

A Emis realizou, em Luanda, a assembleia-geral ordinária da sociedade. No encontro foi analisado e aprovado o relatório de actividade do conselho de administração e o balanço e contas do exercício de 2015, tendo servido ainda para a admissão de novos accionistas.

SÁBADO



SEGUNDA-FEIRA

A direcção provincial da Huíla da Indústria Geologias e Minas divulgou, em comunicado, que a produção de rochas ornamentais na província da Huíla registou uma redução de 3.584 metros cúbicos no primeiro trimestre do corrente ano, devido ao fraco poder de compra no mercado internacional.

SÁBADO

O capitão da Capitania do Porto de Lobito, em Benguela, Romão Mateus Makino, anunciou em Cabinda que a instituição que dirige registou, no ano passado, uma redução significativa em termos de arrecadação de receitas, devido ao fraco tráfego marítimo.

DOMINGO

A direcção da Damba, Penitenciária de Malanje, anunciou que vai alargar, nos próximos tempos, o cultivo de banana, cebola, bem como relançar a produção de arroz, com vista a melhoria da dieta dos reclusos e funcionários e contribuir na diversificação da economia do país.

10

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

Observatório

A ERA DOS IMPOSTOS

Reforma à espera de resultados

TRIBUTAÇÃO. A contribuição média das receitas tributárias do sector não petrolífero, entre 2011 e 2015, continua muito próxima dos números anteriores à reforma. Em termos percentuais, a evolução saiu dos 22 para os 24%, por isso, há agentes económicos que propõem caminhos alternativos ao Governo.

Por José Zangui e Valdimiro Dias

Pouco mais de seis anos após o lançamento do ambicioso programa de reforma tributária (o PERT), que incluiu um perdão fiscal até 2012, as principais alterações ao código tributário estão longe de reunir consensos. O Governo defende-se com a argumentação que esteve na génese da reforma, em 2010, assente no alargamento da base tributária, com os olhos postos

no aumento da receita não petrolífera, mas os resultados continuam longe de confirmar as expectativas oficiais. Apesar da tendência de crescimento, a contribuição média do sector não petrolífero, no conjunto das receitas tributárias, nos últimos cinco anos, manteve-se quase estagnada. Dos 22,47% entre 2008 e 2010, as receitas dos impostos sobre a actividade fora dos petróleo cresceram dois pontos percentuais para os 24,1%, entre 2011 e 2015, largamente abaixo da contribuição média da tributação sobre o 'ouro negro' fixada nos 75,9%.

A alteração significativa registada especificamente em 2015, em que a receita de impostos proveniente da actividade não-petrolí-

fera atingiu os "históricos" 42,8%, é minimizada por observadores que encontram a explicação na queda abrupta dos preços do petróleo no mercado internacional. "É certo que, em termos percentuais, as receitas tributárias do sector não petrolífero ficaram muito próximas das contribuições do petróleo, mas só foi por causa da crise", avalia um economista, justificando que, em termos nominais, "quase" que não houve qualquer crescimento. "Em 2014 a



receita foi de 1.147 mil milhões de kwanzas (cerca de 26% do total dos impostos) e em 2015 foi de 1.205 (acima dos 42% do total). Isto significa que não houve propriamente crescimento nominal, foi apenas percentual, portanto não se pode dizer que tenha sido reflexo da reforma", compara o especialista, que preferiu falar ao VALOR, sob anonimato.

CONTINUA NA PÁG. 6

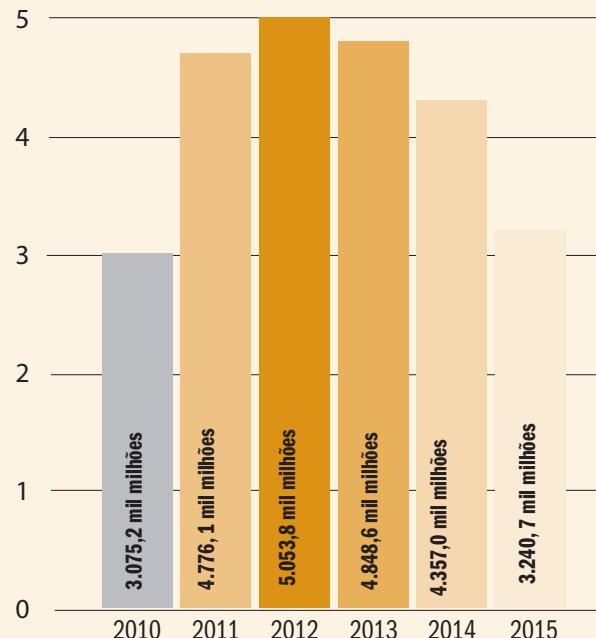
Multas pesadas e cadeia para infractores

- **Fraude fiscal**
prisão de 6 meses a 3 anos ou multa até 360 dias.
- **Fraude fiscal qualificada**
prisão de 1 a 8 anos ou multa até 240 dias a 1920 dias.
- **Fraude contra segurança social**
prisão de 6 meses a 3 anos ou multa até 360 dias.
- **Fraude no transporte de mercadorias em regime suspenso**
- **Fraude à garantias fiscais aduaneiras**
prisão de 6 meses a 3 anos ou multa de 2 a 3 vezes o valor dos direitos e demais imposições aduaneiras.
- **Fraude fiscal aduaneira**
prisão de 6 meses a 3 anos ou multa de 2 a 3 vezes o valor dos direitos e demais imposições aduaneiras.
- **Frustração de créditos**
prisão de 3 meses a 1 ano ou multa de 2,500,000 kz a 5,000,000 kz.
- **Abuso de confiança fiscal**
prisão de 6 meses a 5 anos ou multa criminal correspondente.
- **Violacão de sigilo**
prisão de 2 a 5 anos ou multa criminal correspondente.

31

O PRAZO DE PAGAMENTO de imposto industrial termina no dia 31 deste mês, de acordo com o calendário da Administração Geral Tributária.

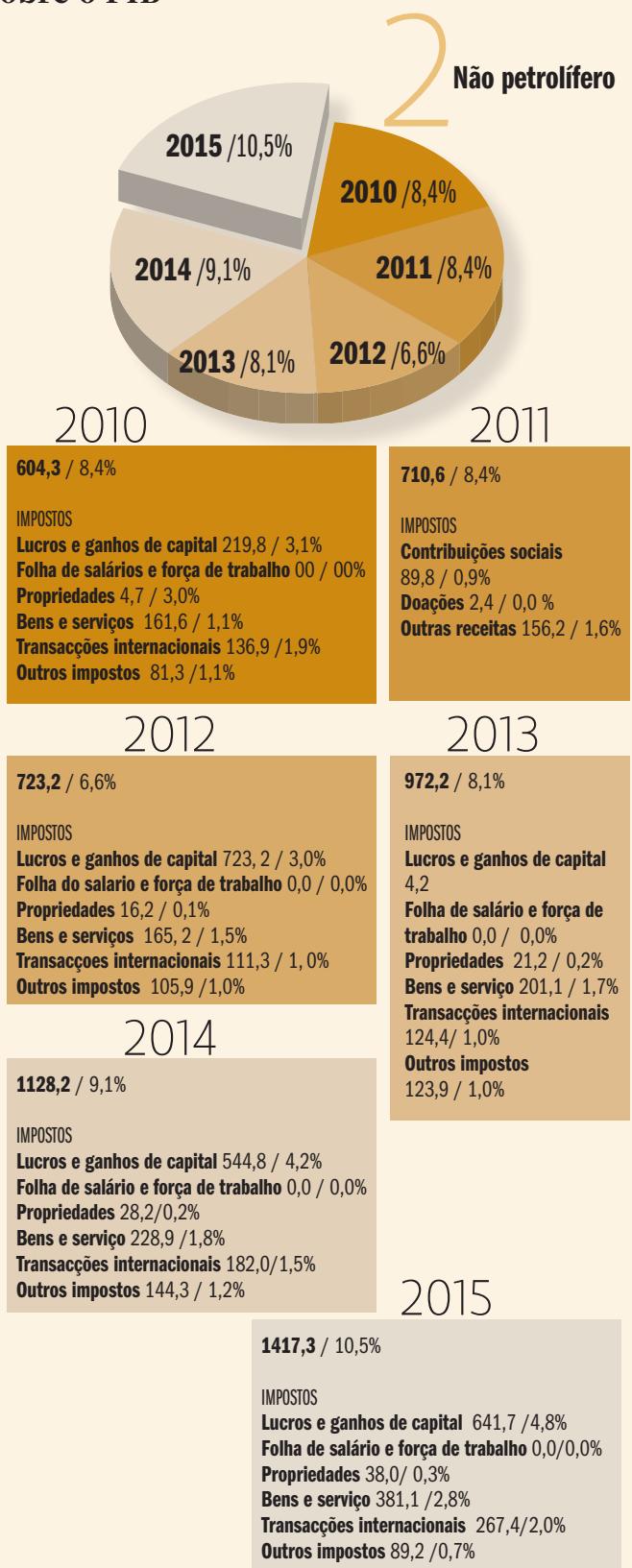
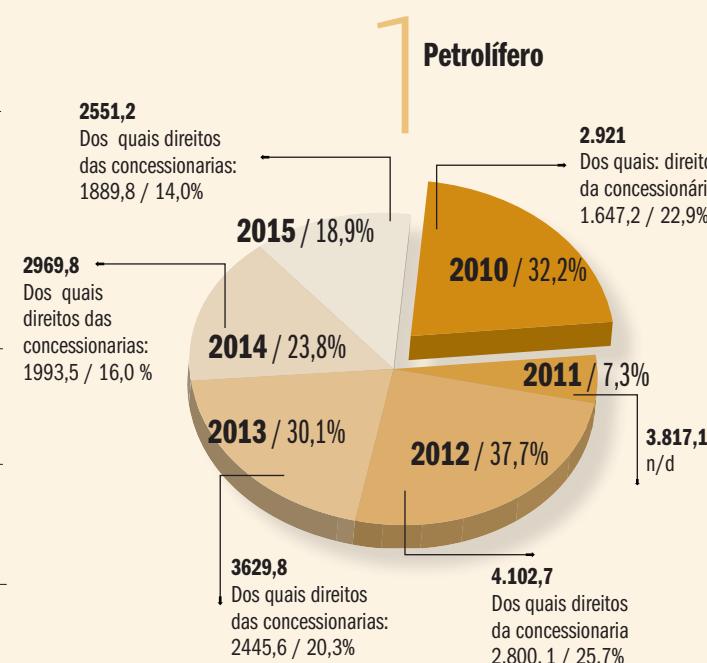
Evolução das receitas totais em kz



A receita fiscal proveniente da produção petrolífera registou uma queda de cerca de 25 pontos percentuais, passando de 80% para pouco mais de 50% do total nos últimos cinco anos, segundo a Administração Geral Tributária (AGT).



Impostos totais em mil milhões de kwanzas e percentagem sobre o PIB



- **Adulteração do sistema informático da administração tributária**
prisão de 1 a 3 anos ou multa criminal correspondente.

- **Adulteração do sistema informático d administração tributaria**
prisão de 1 a 3 anos ou multa criminal correspondente

- **Obstrução à acção dos funcionários**
prisão de 3 meses a 5 anos ou multa de 750,000 a 2,000,000 kz.

- **Contrabando de importação e de exportação**
prisão de 3 meses a 2 anos ou multa até 3 vezes o valor aduaneiro da mercadoria.

- **Contrabando qualificado**
prisão de 6 meses a 4 anos ou multa de 2 a 6 vezes o valor da mercadoria.

- **Contrabando de mercadoria ou não declaradas**
prisão de 3 meses a 2 anos ou multa de 1 a 3 vezes o valor aduaneiro.

- **Oposição a verificação ou exame**
prisão de 6 meses a 1 ano ou multa de 500.000 a 1500.000 kz.

- **EPENALIZAÇÕES AO IMPOSTO INDUSTRIAL**
● **Falta ou atraso na entrega de declarações fiscais**

200.000 (grupo B) ou 800.000 (grupo A) e dobro em caso de dolo.

● **Falsificação ou viação de documentos fiscalmente relevantes**
valor do imposto (grupo B) ou dobro do imposto (grupo A).

● **Contribuintes do Grupo A que não possuam contabilidade organizada**
50.000 kz

● **Não pagamento do imposto dentro do prazo legal**
35% do imposto em falta, com um mínimo de 4.400.

Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 4

Mas há quem 'dê o rosto' e aponte casos de aumento da carga fiscal, como uma das contrariedades da reforma. Philippe Frederic, administrador delegado do Grupo Castel, especifica o sector cervejeiro e de refrigerantes em que a tributação sobre o consumo alterou, respectivamente, de 20% para os 60% e de 10% para 30%. Situação que considera "prejudicial às empresas de bebidas, sobretudo no contexto actual de baixa de produção".

Para Nelito Monteiro, conhecido empresário do negócio agroindustrial em Benguela, a situação é "asfixiante" e pensa que a prioridade do Estado deveria ser a criação de incentivos, uma vez que as empresas já acarretam elevados custos operacionais. "O aumento dos preços dos combustíveis e dos impostos não são necessariamente a solução, o caminho deveria ser no sentido de incentivos à produção", considera. Mas há exemplos de desgravamento da carga fiscal que não escapam aos 'ataques' de agentes económicos, como é o caso da redução do imposto industrial dos 35 para os 30%, que José Severino, da Associação Industrial de Angola, classifica como "insignificante".

Embora prefira esperar pelos resultados do Governo, o economista Lopes Paulo indica os 25%, como a carga tributária 'ideal' sobre os lucros, mas alerta não ser "justo" fazer as mesmas exigências a quem aplique investimentos no Moxico e a quem prefira fazê-lo em regiões infra-estruturadas. "É preciso melhorar o ambiente de negócio e talvez o Estado arrecade mais receitas", insiste o economista, salvaguardando, entretanto, que "a avaliação de um imposto depende da perspectiva das partes, porque o Estado deve ter as suas razões".

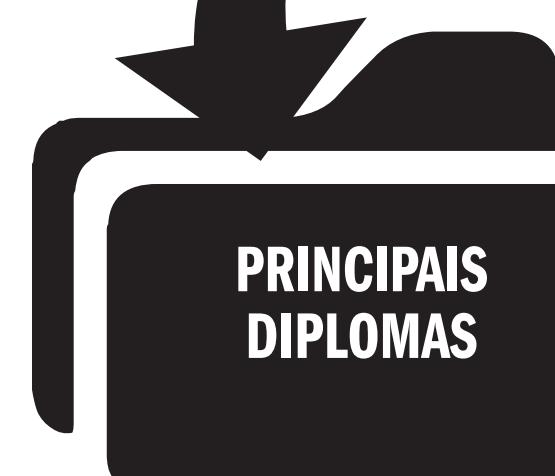
RUPTURA

Do lado oposto às críticas contra as decisões governamentais, colocam-

-se observadores como o economista Rui Malaquias (ver entrevista na página nove), que entende as preocupações pelo facto de o país estar a viver uma nova era. "Mas é preciso notar que não se pode agradar a todos, haverá sempre vozes discordantes, o importante é que o Estado age a favor do bem comum", afirma.

Luís Marques, responsável pela consultora EY-Angola, discorre pela mesma linha e lembra o perdão fiscal como uma espécie de ruptura com o passado, abrindo caminho para uma actuação "mais rígida" da Administração Geral Tributária. "Foi a última oportunidade que os contribuintes tiveram para regularizar as suas dívidas ao fisco anteriores a 2013", explica, ao mesmo tempo que sugere, além da criação de uma base de dados para a identificação de todas as empresas, a criação de incentivos para os contribuintes cumpridores.

Gilberto Luther, administrador da AGT, responde que a reforma tributária vai



MEMORIZE

● **Dupla tributação económica** é uma situação que ocorre quando o mesmo rendimento é tributado duas vezes dentro da mesma entidade económica ou pessoa jurídica. Angola não celebrou qualquer convenção para evitar a dupla tributação, segundo a Ernst&Young Angola, organização de prestação de serviços profissionais de conta e fiscalidade.

continuar. "Quando acaba uma reforma há sempre outra. O PERT foi uma fase, agora está a fazer-se uma reforma estrutural, a rever-se os impostos e a definir um modelo de tributação mais razoável para as micro e pequenas empresas e tentar alinhar-se aos padrões regionais", antecipa.

É PRECISO EDUCAR

Entre os prós e contras da aplicação de impostos, o professor de Economia Africana e de Angola, Josino Samora, defende a necessidade da educação dos cidadãos. "Numa primeira fase, a implementação desta nova cultura enfrentará resistências porque as famílias enfrentam quebras de rendimentos, mas é preciso que se passe a mensagem de que o impacto da cobrança de impostos se reflecte sempre a favor do cidadão, apesar de, na maioria das vezes, os benefícios não serem imediatos", detalha o docente do Instituto de Ciências Sociais (CIS). Samora indica a prática "assistencialista e paternalista" do Estado, como a motivação que coartou a necessidades de as pessoas singulares participarem na geração de receitas, comparando que, em países desenvolvidos, as taxas de evasão fiscal são mais baixas em relação às economias em vias de desenvolvimento. "É uma questão de consciência, do que existe na população sobre a importância de pagar", analisa o académico, que explica que a determinação dos tipos de imposto ao cidadão normalmente se versa em duas categorias, os rendimentos e o consumo, variando a carga tributária de Estado para Estado. "Por exemplo, Angola tem uma carga tributária de 5,7%, enquanto o Reino Unido tem de 39%, a Suécia, de 47,9% e o Chade, de 4,2%".

ALTERAÇÕES

- Redução da taxa nominal para 30% e 15% (agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, avicultura).
- Transição dos comerciantes individuais para o IRT.
- Actualização da taxa de retenção na fonte pela prestação de serviços a 6,5%.
- Actualização do regime de pagamentos provisórios de imposto à taxa de 2% das vendas semestrais.
- Redução a 2 grupos de tributação.
- Incentivos à utilização de contabilidade organizada.
- Institucionalização definitiva do processo de execução fiscal. Possibilidade de cobrança coerciva para qualquer dívida.
- Alargamento do elenco de bens e directos penhoráveis.
- Simplificação (redução em 80% do número de verbas da tabela).
- Redução generalizada de taxas
- Reforço da cobertura dos sectores financeiro e segurador
- Manutenção do Imposto do Selo sobre créditos dos comerciantes (singulares e colectivos).
- Tributação de empresários em nome individual:
 - a) tributados através da tabela de lucros mínimos quanto a rendimentos pagos por singulares.
 - b) tributação por retenção na fonte quanto a rendimentos pagos por pessoa colectiva.
- Subida do nível de isenção para 34.500 Kz.
- Manutenção dos mecanismos de tributação de profissionais liberais (lista de profissões) à taxa de 6,5%.
- Introdução de limites a subsídios não sujeitos.
- Clarificação das regras sobre isenções específicas (por exemplo: polícias e militares).



O sistema tributário angolano instituiu dois impostos principais que impactam simultaneamente nas empresas e nas famílias, nomeadamente o imposto predial urbano (IPU) e o imposto sobre o consumo. Dados compilados pelo Fundo Monetário International (FMI), em Novembro último, indicam um crescimento nominal exponencial na arrecadação de ambos os impostos, nos primeiros cinco anos de implemen-

tação da reforma fiscal. Entre 2010 e 2014, o imposto sobre o consumo saltou dos 159.419,6 milhões de kwanzas para os 226.090,3 mil milhões de kwanzas, um crescimento na ordem dos 41,8%. No caso do imposto predial urbano, a arrecadação cresceu cerca de 15 vezes, passando dos 1.734,1 mil milhões para os 25.283,8 mil milhões de kwanzas. Com o lançamento da campanha de cobranças no primeiro trimestre pela

PREDIAL URBANO E CONSUMO

Impostos nas famílias e nas empresas



O GOVERNO vai cobrar taxas no acesso às principais atracções turísticas do país. A intenção foi divulgada pelo ministro da Hotelaria e Turismo, Paulino Baptista.

Por dentro da reforma

O Programa Executivo para a Reforma Tributária (PERT) foi lançado em 2010 e incluiu várias fases que culminaram com a extinção do Serviço Nacional das Alfandegas e da Direcção Nacional de Imposto, dando lugar à Administração Geral Tributária (AGT).

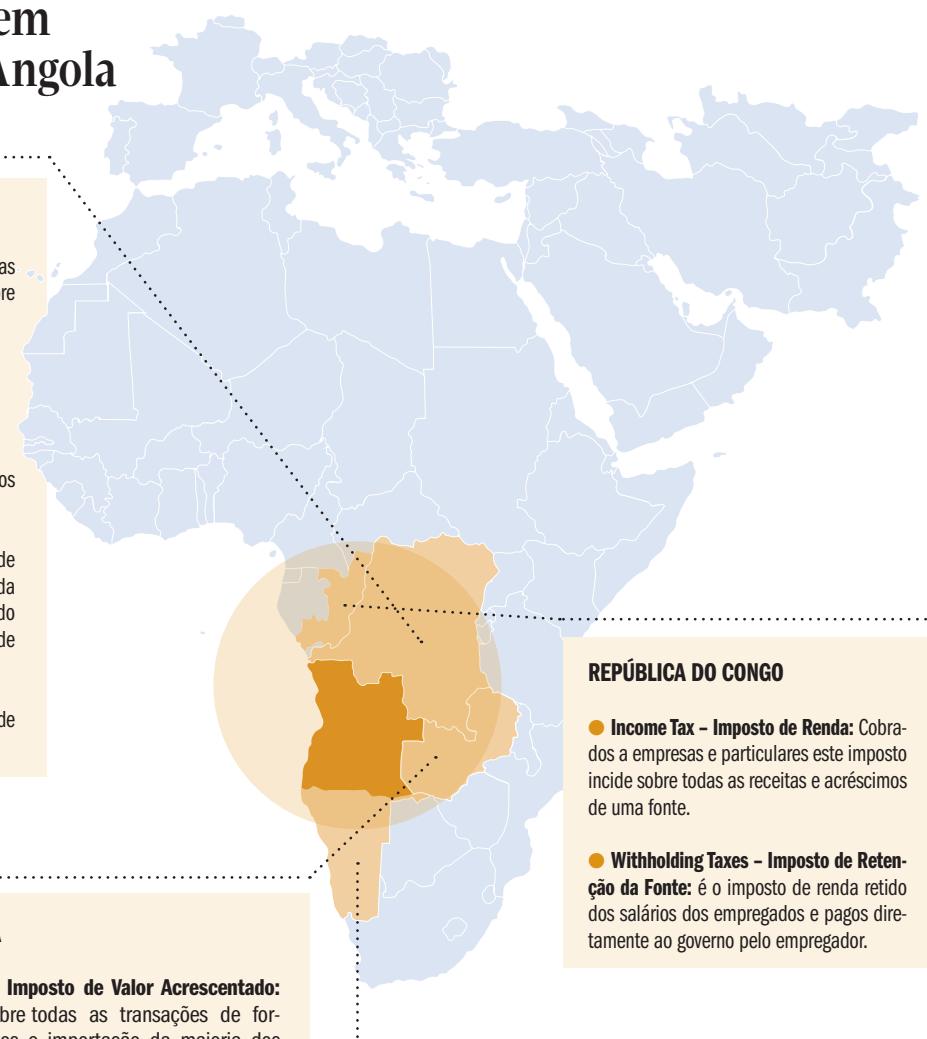
Entre outras realizações, o PERT permitiu a revisão de vários impostos e a aprovação do estatuto dos grandes contribuintes, juntando um total de 350 empresas entre os contribuintes com maior peso em termos de arrecadação fiscal e que terão as suas contas auditadas pelo Ministério das Finanças.

A reforma vai também ajustar o sistema tributário angolano aos padrões dos países da região da SADC.

Impostos cobrados em países vizinhos de Angola

REPÚBLICA DO CONGO DEMOCRÁTICO

- **Income Tax - Imposto de Renda:** Cobrados as empresas e particulares este imposto incide sobre todas as receitas e acréscimos de uma fonte.
- **Tax on salaries - Imposto sobre o Salário:** Incide sobre o salário
- **VAT - Imposto de Valor acrescentado:** Incide sobre todas as transações de fornecimentos e importação da maioria dos bens e serviços;
- **Vehicles tax - Impostos sobre veículos:** Incide sobre os proprietários de veículos na medida dos custos que estes provocam nos domínios do ambiente, infra-estruturas viárias e sinistralidade rodoviária.
- **Property tax - Contribuição predial:** Incide pela posse retenção de bens imóveis.



REPÚBLICA DO CONGO

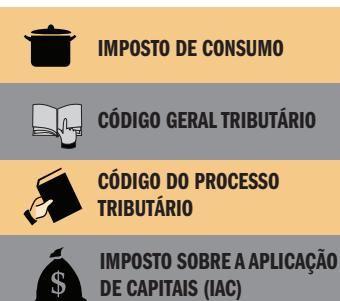
- **Income Tax - Imposto de Renda:** Cobrados a empresas e particulares este imposto incide sobre todas as receitas e acréscimos de uma fonte.
- **Withholding Taxes - Imposto de Retenção na Fonte:** é o imposto de renda retido dos salários dos empregados e pagos diretamente ao governo pelo empregador.

ZÂMBIA

- **VAT - Imposto de Valor Acrescentado:** Incide sobre todas as transações de fornecimentos e importação da maioria dos bens e serviços.
- **Income Tax- Imposto de Renda:** Cobrados as empresas e particulares este imposto incide sobre todas as receitas e acréscimos de uma fonte.
- **Withholding Tax - Imposto de Retenção na Fonte:** Retenção na fonte é o imposto de renda retido dos salários dos empregados e pagos diretamente ao governo pelo empregador.
- **Mineral Royalty - Royalties minerais:** Contribuição pela Exploração dos Recursos Minerais.

NAMÍBIA

- **IRC - Corporate Taxation:** A taxa de IRC que normalmente é aplicada à generalidade das empresas.
- **Impostos sobre Dividendos:** Os accionistas estrangeiros não residentes na Namíbia são obrigados a pagar um imposto de 10% sobre os dividendos que recebem da empresa.
- **Taxas Aduaneiras e Imposto Especial sobre o Consumo:** Este imposto incide sobre o consumo de produtos vindos de países fora negociadas pelos países comunitários da SACU e cobradas nos portos dos diferentes Estados-membros.
- **VAT - Imposto de Valor acrescentado:** Incide sobre todas as transações de fornecimentos e importação da maioria dos bens e serviços.
- **Contribuições para a Segurança Social:** Os Empregadores e empregados devem pagar 0,9% da base salarial do empregado para a Segurança Social.



ALTERAÇÕES

- Alargamento a novos serviços anteriormente não sujeitos.
- Consagração de um regime de isenção (missões diplomáticas) em respeito ao princípio da reciprocidade.
- Clarificação da distinção entre pessoa sujeita a imposto e pessoa que suporta o encargo económico do imposto.
- Regras específicas de isenção de liquidação de imposto suportado pelas companhias petrolíferas.
- Criação de leis de bases do sistema fiscal angolano.
- Obrigação de nomeação de representante fiscal internacionais.
- Novo elenco e crimes tributários.
- Actualização dos procedimentos.
- Potenciação do funcionamento da Sala do Contencioso Fiscal e Aduaneiro como jurisdição própria para questões fiscais.
- Reforço das normas sobre tributação de juros de depósitos bancários e de títulos da dívida pública ou títulos do BNA.
- Tributação de mais-valias decorrentes da alienação de bens mobiliários que gerem rendimentos sujeitos a IAC
- Tributação de ganhos de jogos, rifas, lotarias ou apostas, qualquer que seja a sua natureza ou proveniência
- Revisão do mecanismo de eliminação da dupla tributação de lucros distribuídos (dividendos).

Administração Geral Tributária, as estimativas para 2016 apontam para a manutenção de um crescimento significativo da arrecadação do IPU, cujo incumprimento leva a multas pesadas que podem atingir os 1,6 milhões de kwanzas, conforme divulgou o VALOR, na última edição. A penalização máxima é aplicada aos contribuintes com contabilidade

organizada que, findo os prazos, não comparem de forma voluntária na repartição fiscal. Dos 800 mil kwanzas de multa regular, a autoridade tributária eleva o 'castigo' para os 1,6 milhões de kwanzas, pela cobrança coerciva. Para os contribuintes com contas por organizar e no caso de forçar a autoridade tributária a fazer a cobrança, a 'pena' dobra

para os 400 mil kwanzas. Em relação ao imposto sobre o consumo, as perspectivas para os próximos anos apontam também para um aumento significativo das contribuições, como resultado da actualização de um conjunto de taxas que afectam centenas de produtos, através do decreto legislativo presidencial de 5/15, de 21 de Setembro.

O novo quadro legal passou a taxar o consumo dos combustíveis e seus derivados de entre 2% e 5%, produtos sobre os quais não pesava qualquer tributação até ao ano passado. O consumo de água e de eletricidade mantém a contribuição de 5% sobre o valor total.

José Zangui

Observatório

TAXAS SOFRERAM ALTERAÇÕES

As deduções fiscais do sistema tributário

GUIA. Entre os impostos aplicados à actividade económica geral aos que cobrem áreas específicas, como a indústria petrolífera e a diamantífera, saiba como são processados descontos no código tributário.

IMPOSTO INDUSTRIAL

A nível da actividade industrial, a taxa geral do Imposto situa-se em 30%, registando-se uma redução em 5%, podendo esta ser ainda objecto de redução no âmbito de projectos de investimento privado devidamente licenciados. Existem algumas especificidades para actividades agrícolas, silvícolas, avícolas, pecuárias e piscatórias taxadas em 15%.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO TRABALHO (IRT)

No caso do imposto sobre o rendimento do trabalho, nota-se que as deduções de taxas registam variações de acordo as classes dos contribuintes que se enquadram nos grupos A, B e C. Por exemplo, na classe A, a taxa não é única, existe uma variação e as deduções vão de 7 até 17%, mas isenta os salários abaixo dos 34 mil kzs, uma das principais novidades introduzidas pela reforma.

As restantes classes B e C atendem os rendimentos empresariais e profissionais. O primeiro grupo é taxado em 15%, ao passo que, no segundo, a taxa está fixada em 30% sobre o rendimento determinado de acordo com a tabela de lucros mínimos ou 6,5% nas restantes situações. Destas ficam isentos os diplomatas,

funcionários ao serviço das organizações internacionais e não-governamentais e exclui as prestações pagas ao INSS no âmbito da protecção social obrigatória e as gratificações em fim de carreira.

IMPOSTO SOBRE A APLICAÇÃO DE CAPITAIS

As deduções fiscais no imposto sobre a aplicação de capitais repartem-se em dois grupos. No primeiro, juntam-se os juros de contrato de empréstimo, de contratos de abertura de crédito e de pagamentos deferidos, estando a taxa fixada em 15%. Enquanto, no segundo grupo, que abarca, entre outros, os dividendos, os juros de obrigações de empresas, os saldos de juros apurados em conta corrente e de bilhete e as obrigações de tesouro há uma variação de 10 a 15%.

INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Para o petróleo, sector mais representativo em termos de contribuição, o regime tributário aplicável estabeleceu regras específicas. Por exemplo, no imposto sobre rendimento do petróleo que incide sobre contratos de partilha de produção, reparte-se em 30% para as empresas petrolíferas angolanas associadas à concessionária nacional e 50%

para as restantes empresas. Outro exemplo de maior contribuinte da economia nacional refere-se ao imposto sobre a produção do petróleo, que incide sobre a quantidade de petróleo bruto e gás natural, medida à boca do poço, cuja taxa geral se situa em 20%. E 70% para a taxa única para imposto de transacção do petróleo sobre o rendimento tributável.

SECTOR DIAMANTÍFERO

A indústria mineira beneficia igualmente de um regime especial aplicável a diversas situações. No imposto industrial, a taxa geral de dedução situa-se em 25%, ficando isenta desta as entidades que estejam sujeitas de taxa sobre o exercício mineiro. Incide sobre o valor dos minerais extraídos à boca da mina.

As taxas variam de acordo com a tipologia mineral, 5% para os minerais estratégicos, para as pedras e minerais metais preciosos 5%, semi preciosos, 4%, minerais metálicos não preciosos 3% e materiais de construção de origem mineira e outros minerais 2%.

Este isenta actividade minerais extraídos pela entidade exerçam apenas actividade de prospecção e pesquisa cujo valor comercial seja irrelevante.



IMPOSTO DE SELO

Neste capítulo, as taxas variam consoante a natureza da operação. No caso da aquisição de imóveis a taxa é de 0,3%, ao passo que, no arrendamento e sub-arrendamento de imóveis, passa para 0,1% (para habitação) ou 0,4% para outros. Inclui ainda o depósito civil com taxa de 0,1%,

a constituição e transformação em sociedade e o aumento de capital, com 0,1%.

IMPOSTO DE CONSUMO

A taxa geral do imposto de consumo é de 10%, mas pode variar entre 2 e 30%, dependendo da natureza do bem ou do serviço.

Receitas fiscais nalgumas economias africanas

Os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que a cobrança fiscal em África subiu de uma média não ponderada de 17,9% do PIB, em 2000, para 20,3%, em 2010, algo que terá sido impulsionado principalmente pelos impostos sobre os recursos nos países exportadores de petróleo.

No entanto, com o agravamento da crise da

baixa do preço do petróleo, o quadro, em termos de captação de receitas fiscais a partir desse recurso, alterou significativamente pela negativa (ver tabelas adiante).

O FMI encoraja, por isso, os Estados africanos a redobrar esforços para melhorar a qualidade dos respectivos sistemas fiscais, alargando as bases tributáveis.

“O imposto tem um efeito imediato de redução no rendimento disponível do cidadão, pois corresponde a uma parte da sua remuneração que não lhe é entregue.”

ECONOMISTA RUI MALAQUIAS

“Alta informalidade explica níveis da arrecadação fiscal”

ENTREVISTA. O economista Rui Malaquias aponta a alta taxa de informalidade da economia como a principal causa para os níveis actuais de arrecadação fiscal não petrolífera, mas defende que o quadro geral é atractivo ao investimento privado.

Por Valdimiro Dias

É, no entanto, um processo ainda por concluir...

É verdade. Não está, porque ainda notamos várias assimetrias contributivas. Há áreas específicas da economia que continuam sem carga fiscal alguma ou adequada e existem outras com uma carga excessiva, necessitando de ser ajustada. Por norma, os processos de ajustamento fiscal são dinâmicos e dependem da conjuntura. Neste contexto, nunca são dados por terminados.

O objectivo do aumento da receita tributária não petrolífera está a ser alcançado?

Os resultados são visíveis, porque a arrecadação fiscal tem tido uma tendência crescente, não obstante o sector petrolífero estar a arrecadar menos e assim desacelerar a entrega de impostos para os cofres do Estado.

Mas este crescimento é francamente

O economista refere que há muitas empresas que ainda não pagam os impostos.



a carga fiscal foi reforçada porque havia margem para tal.

Mas há empresários que consideram alta a carga tributária...

“Não se pode agradar a gregos e a troianos”. Haverá sempre vozes discordantes. O importante é que o Estado age em prol do bem comum e o senso comum diz que há áreas que podem pagar mais e outras que precisam de incentivos fiscais. Certamente que, nesta altura de crise, a carga fiscal é tida como mais um custo para os empresários, mas estas situações fazem parte da cadência económica, porque de forma alguma o Estado pode deixar de arrecadar.

O sistema tributário é atractivo para a captação do investimento privado?

Com certeza. O sistema tributário nacional mostrou-se sempre flexível aos condicionalismos económicos, compreendendo onde e quando se devia fazer ajustamentos para que a actividade económica não pare de crescer, criar empregos e contribuir para uma arrecadação fiscal tendencialmente crescente.

Qual é o peso dos impostos na vida do cidadão?

O imposto tem um efeito imediato de redução no rendimento disponível do cidadão, pois corresponde a uma parte da sua remuneração que não lhe é entregue directamente no acto do pagamento do salário ou da atribuição de mais-valias. Mas é-lhe entregue de forma indirecta por meio dos serviços públicos que são proporcionados pelo Estado.

Qual é a sua opinião sobre a reforma tributária? A reforma tributária veio actualizar o contexto da economia nacional aos preceitos de justiça tributária ou fiscal. Hoje a economia tem agentes que, ao contrário dos anos anteriores, estão em melhores condições para pagar mais impostos. A reforma veio também ajustar as receitas fiscais possíveis às necessidades reais de despesa pública do Estado. Na verdade, mostra que o Estado está a voltar à condição inicial e estrutural em termos de obtenção de receitas, pois, como é sabido, a principal fonte de receitas dos estados são os impostos.

Balanço saldo fiscal, incluindo doações (em percentagem do PIB)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
ANGOLA	3.4%	8.7%	4.6%	0.3%	-4.1%	-4.1%
NIGÉRIA	-4.2%	0.5%	0.4%	-2.3%	-1.7%	-2.2%
ÁFRICA DO SUL	-4.9%	-4.0%	-4.3%	-4.4%	-4.9%	-5.1%
CABO VERDE	-17.0%	-10.6%	-13.1%	-11.5%	-12.7%	-12.2%
NAMÍBIA	-4.7%	-6.7%	-1.4%	-4.9%	-6.0%	-5.2%
MOÇAMBIQUE	-13.3%	-12.9%	-9.4%	-8.2%	-14.5%	-11.6%

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RDC	16.1%	16.5%	6.4%	8.5%	5.2%	5.8%
S.TOMÉ	-30.8%	-30.2%	-28.1%	-10.7%	-22.3%	-21.8%
ZAMBIA	-3.9%	-2.4%	-5.0%	-8.6%	-6.3%	-5.2%
SENEGAL	-7.7%	-8.5%	-8.5%	-8.1%	-7.9%	-6.9%
GHANA	-11.7%	-7.3%	-13.7%	-10.5%	-8.4%	-7.7%
CAMARÕES	-1.1%	-2.6%	1.6%	-4.0%	5.0%	-5.3%

Economia /Política



Návio Muleje/ME

INFRAESTRUTURA FOI INAUGURADA HÁ MAIS DE UM ANO

Custos operacionais e falta de uso degradam CFB

INFRA-ESTRUTURAS. O Caminho-de-Ferro de Benguela opera apenas a 10% da sua capacidade. A obra de reabilitação nunca foi concluída, mais de um ano após ter sido inaugurado o troço final.

Por Cândido Mendes *

O Ministério das Finanças e as autoridades ferroviárias continuam em negociações com vista a definição de uma “modalidade” para corrigir o défice entre os custos operacionais do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e a sua dotação orçamental, já que a empresa ainda não é rentável, revelou fonte próxima ao processo.

O CFB, sediado no Lobito, tem custos operacionais de 225 milhões

kwanzas por mês, 170 milhões dos quais cobrem salários dos seus quase 1400 trabalhadores. Mas a dotação do Orçamento Geral do Estado para a empresa é de ‘apenas’ 157 milhões kwanza. “Está completamente desfasado, nem cobre os salários”, calcula a fonte que preferiu o anonimato, por falta de “autorização superior”. “Quando foi programado, o orçamento satisfazia, só que não acompanhou a depreciação da moeda”, explica.

O último trecho dos 1.344 quilómetros do CFB Lobito-Luau (Moxico) foi inaugurado, há mais de um ano, pelo presidente da República, José Eduardo dos Santos, indicando uma nova era de transporte de passageiros, mas sobretudo de mercadorias. Os olhos estavam postos nas minas

MEMORIZE

- O CFB tem capacidade para transportar três milhões de passageiros, mas transportou apenas 300 mil. A rota de passageiros Kuito-Luena é única que enche o comboio.

170

Milhões de kwanzas, total dos salários dos trabalhadores do CFB.

157

Milhões de kwanzas, dotação orçamental do CFB.

225

Milhões de kwanzas, total dos custos operacionais do CFB.

que se ligariam ao CFB, alegadamente por falta de entendimento com as autoridades angolanas. Como consequência, a empresa vai-se “remediando”, com o transporte de mercadorias como cerveja, cimento e combustível do Lobito para Luena (Moxico) e madeira do Luena para Lobito. A crise também ‘vai fazendo das suas’. A escassez de divisas reduziu as importações e os empresários têm pouca carga para transportar por comboio. A madeira também já não está a fluir. O transporte de mercadoria por comboio só “faz sentido” com 15 vagões, equivalentes a 800 toneladas, o que faz com que não haja negócio que preencha o comboio todo. “Só estão a aparecer pessoas que têm uma tonelada para transportar”, calcula a fonte, indicando que o CFB “está há três ou quatro semanas sem transportar carga nenhuma”. “O transporte de mercadorias é o que pode tornar rentável as operações ferroviárias, já que o de passageiros é apenas um serviço social”,clarece.

AVARIAS E DEGRADAÇÃO

O CFB tem sob seu controlo oito locomotivas, mas dessas apenas três estão operacionais. Cinco estão avariadas e encontram-se em reparação na África do Sul. Outra fonte condecorada do processo levanta outras considerações. Explica que as locomotivas de fabrico chinês são inadequadas ao solo angolano, além de serem fracas em potência, ao ponto de não aguentarem puxar os 15 vagões necessários. “Avariam tanto que o director-geral ordenou a reparação das locomotivas antigas, existentes antes do financiamento chinês”, revela.

Das 66 estações construídas ou reabilitadas ao longo da linha férrea, 30%, principalmente no Leste, está “desguarnecida” e a degradar-se. Muitas têm sido vandalizadas e servido de covil a marginais. “Poderão precisar de novos retoques antes de serem utilizados e o CFB tem estado a solicitar às administrações locais no sentido de as tomarem.”

A esperança do CFB está depositada no final do ano. É em dezembro que devem chegar 100 novas locomotivas para os três caminhos-de-ferro do país, a serem fornecidas pela General Electric (GE) num financiamento americano.



A UNIDADE siderúrgica do Bengo prevê produzir, em média anual, 500 mil toneladas de aço, um valor duas vezes abaixo da capacidade instalada de 1,5 milhões de toneladas, pela escassez de matéria-prima.



O SECTOR DA GEOLOGIA e Minas arrecadou mais de 15 milhões de kwanzas em três meses, na Huíla. O valor resultou de pagamento de licenciamento de guias de exportação, renovação e emissão de alvarás.

ISEP VAI EXTINGUIR 46 EMPRESAS INACTIVAS

Ultimato a fornecedores para revisão de dívidas



Após 18 de Junho, o Estado deixa de responder por eventuais obrigações das empresas em liquidação

LIQUIDAÇÃO EMPRESAS PÚBLICAS. Instituto Empresarial Público avisa a fornecedores e antigos trabalhadores de empresas públicas, em vias de extinção, para remeterem junto da instituição documentos que provem a existência de eventuais dívidas. Processo encerra no próximo mês.

Por António Nogueira

O ISEP emitiu, na semana passada, o último aviso para que fornecedores, prestadores de serviços, bancos e trabalhadores pudessem provar a existência de eventuais dívidas junto de um grupo de 46 empresas públicas que, em breve, deverão entrar num processo de liquidação.

O ISEP detalha, em comunicado, que os visados neste processo têm, no máximo, até ao dia 18 de Junho para remeter toda a documentação probatória dos créditos eventualmente existentes, reforçando que se “declina de toda e qualquer responsabilidade sobre os créditos em referência”, no caso de haver reclamações fora dos prazos indicados.

Em declarações ao VE, o presidente do conselho de administração do ISEP, Henda Inglês, disse que o

processo em curso não é novo. Sem se referir a datas anteriores, o gestor afirma que este é o terceiro e último aviso, seguindo-se, depois dessa etapa, o processo de liquidação e extinção das 46 empresas públicas previamente selecionadas pelo Estado.

Henda Inglês garante que o ISEP já está na posse de alguma informação do conjunto de documentação solicitada junto de fornecedores e antigos trabalhadores das firmas em via de extinção. No entanto, assinala que os processos recepcionados estão a ser analisados caso a caso, de forma a acautelar falhas.

“Temos recebido várias notificações, quer seja de fornecedores, quer seja de antigos trabalhadores”, confirmou Henda Inglês, ressaltando que o “o objectivo é liquidar eventuais dívidas que possam existir e indemnizar antigos trabalhadores de acordo com o tempo de serviço”.

Entretanto, continua por se divulgar o número de trabalhadores que se encontram na condição de desempregados e que deverão ser indemnizados no processo levado a cabo pelo ISEP. Os fornecedores e prestadores de serviços por indemnizar deverão

ser também quantificados, mas só no final do processo.

Entre as empresas visadas destacam-se a Paviterra, a Emproe, a Constrói e a Geotécnica, todas elas especializadas na área da construção civil. No sector industrial contam-se empresas como a África Têxtil, Textang II, Cofriang, entre outras. A lista é completada por empresas do sector da Geologia e Minas, Pescas e Agricultura.

46

Empresas é o número de entidades públicas que deverão entrar em liquidação.

MEMORIZE

- **O Estado** angolano possui actualmente 91 empresas segundo dados oficiais.

No ano passado, o presidente do ISEP avisou que as empresas públicas deverão chegar a 2017 com as contas homologadas, sem reservas, tendo reforçado que “no caso das empresas que apresentarem reservas por longo período sem resolução, a gestão vai ser assumida pelo ISEP para garantir que chegam àquele ano sem quaisquer reservas”.

O processo de homologação de contas é anual e é efectuado pelo Ministério da Economia através do ISEP, com o objectivo de adequar a gestão financeira e patrimonial das empresas aos padrões contabilísticos e legais.

Os dados do ISEP indicam que foram homologadas as contas de 57 empresas públicas, até ao ano passado, tendo oito sido aprovadas sem reservas, 19 com reservas, nove não-homologadas e seis excepcionalmente homologadas.

Segundo dados oficiais, o Estado angolano possui actualmente 91 empresas, entre activas, com actividade residual, em fase de recuperação da capacidade de exploração, em fase de arranque e paralisadas.

EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO

EMPRESAS	SECTOR
1. CONSTRÓI	Construção
2. PAVITERRA	Construção
3. EMPROE	Construção
4. MANUTÉCNICA	Construção
5. GEOTÉCNICA	Construção
6. ECOSENG	Construção
7. CAVAN	Construção
8. UNICERÂMICA	Construção
9. NOVOBRA	Construção
10. EMPROMAC	Construção
11. CONGERAL	Indústria
12. ENTEX	Indústria
13. ÁFRICA TÊXTIL	Indústria
14. OSUKA	Indústria
15. EPGEL	Indústria
16. LIMOCA	Indústria
17. MOIBEN	Indústria
18. OSEMA	Indústria
19. VULCAP	Indústria
20. EPAN	Indústria
21. E.T.M	Indústria
22. SINA	Indústria
23. TEXTANG II	Indústria
24. TRANSAPRO	Indústria
25. ULISSES	Indústria
26. RECOR	Indústria
27. ENEPA	Indústria
28. MACANDA	Indústria
29. COFRIANG	Indústria
30. AÇUNOR	Indústria
31. ALFAG	Indústria
32. CODUME	Indústria
33. E.C.L	Indústria
34. EMABOL	Indústria
35. FOSFANG	Geologia e Minas
36. ROREMINA	Geologia e Minas
37. MINAQUARTZO	Geologia e Minas
38. HIDROMINA	Geologia e Minas
39. FARINOL	Pescas
40. ANGESP	Pescas
41. ESPANG	Pescas
42. ERMANAL	Pescas
43. EMPROMAR KAPIANDALO	Pescas
44. EMPROMAR KUROCA	Pescas
45. FROPESCA	Pescas
46. PROCAFÉ	Agricultura



Estado vai desprender-se de empresas não estratégicas

Economia/Política

PUBLICIDADE EM 'QUEDA LIVRE'

Mercado avaliado em 400 milhões de dólares cai para metade



Número de agência de publicidade, filiadas na Associação Angolana de Publicidade e Marketing (AAEP).

Percentagem que se estima ter caído o volume de negócio da publicidade, nos últimos dois anos.

CRISE. O mercado de publicidade atravessa 'maus tempos', na sequência da crise financeira. Os anunciantes cortaram os orçamentos, provocando uma queda na ordem dos 50% do valor global do mercado.

Por António Miguel

primeiros a sentir cortes, segundo o presidente da Associação Angolana de Empresas de Publicidade e Marketing (AAEPM), José Guerreiro. No entanto, o líder associativo rejeitou falar sobre possíveis despedimentos no sector.

O volume de negócio da publicidade caiu de 400 milhões de dólares para cerca de metade, nos últimos dois anos. O mercado está em 'queda livre', como consequência da crise financeira que assola a economia angolana e os orçamentos para a publicidade são dos

em aceder aos seus produtos e serviços", explica José Guerreiro.

Do ponto de vista de tendência do mercado, segundo o presidente da AAEPM, a melhoria do negócio depende da recuperação da situação macroeconómica. "Não temos dúvidas de que o nosso mercado continuará a desenvolver-se. E as políticas de marketing e comunicação serão fundamentais para alavancar as transformações positivas que esperamos."

Nem o custo médio de produção de um anúncio publicitário (imprensa, áudio ou audiovisual) nem a margem percentual de mercado de cada veículo estão tabelados.

A televisão continua a ser o meio de maior preferência dos anunciantes. A publicidade em outdoors, que aos poucos vai 'roubando' espaço aos meios tradicionais, aparece à frente da rádio, em número de inserções.

As variações de custos registam-se consoante o meio que por sua vez tem custos diferenciados, vantagens e desvantagens. "Um meio pode ter custos de tabela elevados, mas o retorno

MEMORIZE

- A AAEPM faz parte da Confederação de Publicidade dos Países de Língua Portuguesa (CPPLP) que reúne as associações nacionais de Angola, Brasil, Cabo-Verde, Moçambique e Portugal. A CPPLP reúne-se anualmente. Este ano, os associados reuniram-se em Portugal para analisar a situação dos mercados. Do grupo, o mercado brasileiro é o mais competitivo, seguido do português. Em número de agências publicitárias e volume de negócios, Angola supera os países de expressão portuguesa em África, segundo José Guerreiro.

de investimento para empresa anuncante, pode compensar esse esforço financeiro", acrescentou.

O presidente da AAEPM espera que o Estado crie políticas que incentivem investimentos e, não só, no mercado publicitário. Embora a nível governamental, esteja em estudo a reformulação da legislação do sector, a associação está também a analisar formas de auto regulação. "Gostaríamos de ver mais ética, ter incentivos para continuarmos a empregar angol

anos e a utilizar o nosso 'know-how', incluindo as mais-valias culturais que possuímos, para a valorização da mensagem publicitária que chega aos angolanos".

Uma outra preocupação de José Guerreiro tem que ver com os recursos humanos. Praticamente, em Angola, não existem escolas, de nível médio ou superior, que administrem cursos específicos de publicidade. "Existem alguns cursos que cruzam ou complementam valências desta área, mas nada directamente ligado à publicidade e marketing, como escola ou curso integral e completo. Também aqui é necessário investir", alerta.

Sem estabelecer ordem hierárquica, o presidente da AAEPM, José Guerreiro, afirma que os bancos, BFA, BAI, BIC, BNI e Caixa Totta, e o Estado angolano (com diferentes organismos) estão entre os maiores investidores em anúncios publicitários. A ZAP, Unitel, Movicel, Kero, Refriango e empresas de seguros também figuram no 'rol dos grandes'.

"Os outros anunciantes, embora importantes e necessários, ainda são residuais, quanto às verbas, quando comparados com os investimentos que estes referidos movimentam".

Criada em Dezembro de 1999, a Associação Angolana de Empresas de Publicidade e Marketing congrega 40 agências de publicidade. Não se tratando de uma ordem profissional, a filiação à AAEPM não é obrigatória.

O MELHOR DAS NOVELAS
É NA ZAP QUE DÁ.

zap NOVELAS
CANAL 70



Fatmagul

SEGUNDA A SEXTA

18H00



SEGREDOS DO PARAÍSO

SEGUNDA A SEXTA

20H00



IMPERDÁVEL

SEGUNDA A SEXTA

21H00

Mercado & Finanças



PRESSIONADAS POR OSCILAÇÕES DOS MERCADOS INTERNO E EXTERNO

Moedas de referência 'desvalorizadas' duas vezes pela segunda semana

CÂMBIOS. Há duas semanas que o peso de três principais moedas internacionais não param de baixar. Enquanto o dólar se mantém nos 166,7 kwanzas pela terceira semana, o euro, o yuan e o rand caminham no sentido contrário, com a segunda queda registada em 11 dias. A Libra caiu uma vez, recuperou à segunda.

Por Nelson Rodrigues

Três das cinco principais moedas de referência internacional viram o seu valor de mercado cair face ao kwanza pela segunda vez, num espaço de duas semanas. O euro, o yuan e o rand fecharam a semana passada com quedas de 0,9, 0,3 e 3,6%, para menos de dois kwanzas face ao anterior preço de venda, de acordo com cálculos do VALOR, com base nas médias semanais de câmbio.

Na mesma semana, o preço do euro fixou-se nos 188,1 kwanzas, o yuan nos 25,4 kwanzas e o rand, a moeda sul-africana, nos 10,6 kwanzas. Estes valores compararam com os da semana de 9 a 13 de Maio, período em que, no grupo das cinco, quatro moedas acabaram em terreno negativo: euro, com 189,9 Kz (-1,5); libra, com 240,6 (-2,4); yuan, com 25,5 Kz (-0,4); rand, com 11,0 Kz (-0,4).

A contribuir para o abaixamento do valor de mercado das moedas estará a forte valorização do dólar norte-americano, que, de Janeiro a Abril, se fortificou sete vezes face ao kwanza, e a oscilações constantes dos preços do barril do petróleo no mercado internacional de commodity.

Fazem parte do grupo das cinco principais moedas internacionais o dólar, o euro, a libra, o yuan, da China, e o rand sul-africano, numa lista elaborada semanalmente pelo VALOR, cujas variações cambiais são publicadas todas as semanas na capa deste jornal, com base nos dados oficiais.

Apesar da tendência de desvalorização das moedas de referência face ao kwanza, a libra teve uma recuperação ligeira na semana imediatamente a seguir. Ou seja, depois de acabar a semana de 9 a 13 de Maio no 'vermelho', a moeda inglesa valorizou-se 0,1%, para 241,0 kwanzas.

O dólar, a principal moeda de referência, mantém comportamento estável desde a penúltima semana de Abril. Ou seja, de 18 de Abril até 20 de Maio, o preço do dólar manteve-se nos 166,7 kwanzas, depois de ter valorizado 6,6%, de Janeiro a 15 de Abril deste ano.

Se no mercado formal o preço do dólar se mantém estável, conservando os anteriores 166,7 kwanzas desde a última alteração, o mesmo não acontece com os preços praticados no mercado paralelo de divisas.

Para cada dólar, as 'kinguila' já estão a cobrar 620 kwanzas nalguns pontos de Luanda, com variações que vão entre 570 e 620 kwanzas, alterações que começaram a surgir na semana a seguir à reunião

A QUEDA DOS GIGANTES INTERNACIONAIS

Do Euro ao Rand

Variação das principais moedas internacionais

Semana de 9 a 13 de Maio

AKZ
USD - 166,7 Kz (+0)
Eur - 189,9 Kz (-1,5)
Libra - 240,6 Kz (-2,4)
Yuan - 25,5 Kz (-0,4)

Semana de 02 a 06 de Maio

AKZ
USD - 166,7 Kz (+0)
Eur - 191,4 (+3,4)
Libra - 243,02 (+1,22)
Yuan - 25,6 Kz (+0,08)
Rand - 11,44 Kz (-0,06)

do Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola (BNA), que pediu a intervenção dos bancos comerciais e da polícia nacional no processo de combate à venda ilegal de divisas.

RECADO DO BANCO CENTRAL À POLÍCIA

A cruzada contra o negócio de divisas no mercado informal poderá contar com a intervenção das forças da ordem, depois de o Banco Nacional de Angola ter apelado, na última semana de Abril, para a intervenção da polícia e dos bancos comerciais no 'esquema' que tira do circuito legal a circulação do dólar.

"Face à escassez de divisas que se observa na economia, o CPM recomenda aos bancos comerciais, para que, em conjunto com os agentes

económicos, efectuem uma afectação criteriosa dos escassos recursos disponíveis de maneira a contribuir para a satisfação das necessidades essenciais da população dentro das prioridades definidas pelo Executivo", orientou o banco central, na reunião de 29 Abril.

Os bancos e os agentes económicos vão contar ainda com a intervenção das "autoridades competentes", nomeadamente a polícia nacional, a quem o BNA pede "o maior controlo e responsabilização dos agentes promotores do mercado informal de moeda estrangeira".

MANTER POUPANÇAS DAS FAMÍLIAS

Entre os objectivos do novo governador do BNA no combate às 'kinguila' e aos agentes facilitadores do câmbio informal, sobressaem a preservação das poupanças das famílias e demais agentes económicos. Válter Filipe Duarte da Silva quer potenciar ainda, com a medida, o aumento dos níveis de produção interna, além de prevenir as acções que promovam o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

"O CPM incita os bancos comerciais a operarem, segundo as normas prudenciais e as boas práticas internacionais, no combate ao branqueamento de capitais e à fuga de divisas, no sentido de encontrarem soluções inovadoras e atractivas que contribuam para a preservação das poupanças dos agentes económicos no geral e das famílias", impõe o BNA.



O BANCO SOL inaugurou, no fim da semana passada, a sua primeira agência na Centralidade do Kilamba. A agência, denominada por 'Clese Kilamba', durou cinco meses a ser construída e teve custos financeiros de 49,9 milhões de kwanzas.



O BANCO NACIONAL DE ANGOLA (BNA) vendeu, entre 9 e 13 de Maio, divisas no valor de 217,8 milhões de dólares aos bancos comerciais, a uma taxa de câmbio média de referência do mercado 166,7 kwanzas por dólar.

RESTRICÇÃO NA SAÍDA DE VALORES

Estrangeiros queixam-se de 'assalto legal' nas fronteiras

DIVISAS. Instrutivo do Banco Nacional de Angola que reduz o montante que residentes e 'não residentes' podem levar em mãos à saída do país para metade está a criar situações em que, particularmente os estrangeiros, se sentem roubados. De cinco mil dólares apreendidos pelo Serviço de Migração e Estrangeiros e pela Autoridade Geral Tributária são recuperáveis apenas mil.

Por Geralda Embaló

cambial. O VALOR falou com estrangeiros, que, depois de se informarem junto de gestores bancários, ficaram surpreendidos ao não serem considerados residentes cambiais, apesar de terem visto de trabalho, por falta do cartão de residência válido emitido pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

O aviso 01/2016 datado de 8 de abril último, assinado pelo governador do BNA, Walter Filipe, está a causar dissabores particularmente entre os estrangeiros a trabalhar legalmente no país, porque, além de diminuir em 50% o valor autorizado de saída para cinco mil dólares, ainda existe falta de informação quanto ao que constitui "residência cambial", que pode levar a que o valor recuperado após apreensão seja menos de um quarto do apreendido. Enquanto o limite que retira os cinco mil dólares a todos os viajantes abrange nacionais e estrangeiros, as queixas revelam um desconhecimento generalizado de que o visto de trabalho não constitui prova de residência

O processo que leva à apreensão do montante em excesso, em caso de declaração total dos valores, foi o alvo da maioria das queixas ouvidas pelo VE. "Em primeira instância e em caso de desconhecimento genuíno, o voo está perdido porque o processo de preenchimento da documentação que atesta a apreensão pela Administração Geral Tributária (AGT) é moroso". No entanto, piores são as perspectivas de recuperação do valor apreendido, que são extensivas a nacionais que, por desconhecimento, não observem o novo limite de 10 mil dólares por adulto, que obriga à reclamação por escrito para a AGT com a respectiva justificação de desconhe-

5

Mil dólares é o limite de saída imposto aos estrangeiros desde Abril

20%

Valor da multa aplicável pela AGT em caso de retorno de valores confiscados

cimento. A resposta pode levar entre dois e vários dias sendo que, do valor apreendido, no caso os cinco mil dólares que perfaziam os 10 mil dólares ou 15 (para nacionais) permitidos até Abril, são deduzidos 20% para multa que reduz o valor recuperável para quatro mil dólares (no caso dos não residentes cambiais). A AGT entrega

o valor no equivalente em kwanzas ao câmbio do banco nacional (167), o valor a receber ronda os 668 mil kwanzas. Tendo em conta a "falta de divisas nos bancos comerciais e o valor do dólar na rua com esses 660 mil compro pouco mais de mil dólares e nisto perdi quatro mil dólares", confidenciou ao VE um dos viajantes que viu o seu dinheiro apreendido. "Se declararmos 10 mil depois de pouco mais de um mês da medida ser implementada é com certeza por desconhecimento, devia existir um período de venda e de esclarecimento 'in loco' que pudesse impedir a saída do valor excedente, sem o reter".

QUEM É 'RESIDENTE CAMBIAL'? O instrutivo do BNA que restringe os montantes autorizados para saída de divisa distingue 'residente cambial' e 'não residente cambial'. A diferença está na detenção do cartão de residência por parte do estrangeiro atribuído pelo SME com base em critérios descritos no artigo 80 da lei número 2/07

de 31 em vigor desde Agosto de 2013. São eles a comprovação de residência e de capacidade de subsistência e alojamento no país, a ausência de condenações criminais, um visto de residência válido e "haver interesse nacional na autorização de residência".

Especialistas ouvidos pelo VE, explicam que o critério de interesse nacional é subjectivo e que a utilização por parte do BNA do cartão de residência para pôr em prática esta lei reduz a população estrangeira residente a uma fração, já que grande parte desconhece mesmo a obrigatoriedade de obtenção do cartão. O mesmo especialista adverte também que a implementação sem observância de um período de aviso sem multa põe em causa a boa fé do Estado.

No âmbito da redução drástica da disponibilidade de divisas no mercado nacional o BNA visa com a introdução deste instrutivo a redução em 50% da saída de divisas do país tanto por parte de estrangeiros como de nacionais.



COM O ACORDO DE INTERMEDIAÇÃO DE TRANSACÇÕES

Banco Sol faz primeira negociação na BODIVA

O Banco Sol vai poder negociar, dentro de um mês, as primeiras emissões de títulos e dívidas do Estado e outros valores mobiliários, depois de integrar o grupo de 12 instituições bancárias e duas correctoras que fazem as operações de negociação e intermediação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA). A entidade passa a estar habilitada a fazer transacções directas na bolsa e operações de liquidação como serviços de registo e depósitos de valores mobiliários.

O acordo de admissão foi assinado pelo presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Miguel, e o presidente do comissão executiva da BODIVA, Pedro Pitta Grós. Actualmente fazem parte da BODIVA o BPC, BFA, BAI, Millennium Atlântico, BNI, Económico, FiniBanco, Keve, BIC, Standard Bank e as correctoras Grouth e Madz.

Desde que a BODIVA iniciou negociações de títulos e obrigações do Tesouro, os bancos já facilitaram ao Estado

179,3 mil milhões de kwanzas, entre Maio do ano passado e Abril deste ano, com a emissão de 1.933,2 milhões de títulos e obrigações do Tesouro, de acordo com os relatórios dos últimos onze meses do organismo.

De Maio a Dezembro, foram emitidos 602.173 títulos e obrigações, com os quais o Estado captou 92,5 mil milhões de kwanzas, saídos de seis bancos; BFA, BAI, Millennium Angola, Standard Bank, Privado Atlântico e o BNI.

Mercado & Finanças



Manuel Tomás/OLIVE

MILLENNIUM E ATLÂNTICO COM DIFERENÇAS SALARIAIS ACIMA DOS 100%

Primeira fusão na banca gera ‘conflito interno’ entre colaboradores

BANCA. Diferenças salariais e de outros complementos já estão a criar ansiedades entre os colaboradores do banco que surge da fusão entre o Millennium Angola e o Atlântico, antes de um mês desde a oficialização do negócio.

Por Nelson Rodrigues

Vários colaboradores do ex-Banco Millennium Angola (BMA) manifestaram-se contra uma ordem de serviço da administração do ex-Millenium que prevê a manutenção dos níveis de remuneração no novo banco saído da fusão com o Banco Privado Atlântico (BPA). Os colaboradores vão receber, no ‘Millennium Atlântico’, os mesmos salários e seus complementos, segundo fonte do ex-Millenium que cita comunicações internas. No entanto, os funcionários ex-Millenium mostram-se insatisfeitos com o que dizem ser “falta de paridade”. “Todas as obrigações contratuais existentes migram de forma automática [para a fusão]”, esclarece o banco, numa plataforma interna, em resposta à pergunta “Vamos assinar um novo contrato de trabalho?”, formulada pelo próprio banco para explicar aos funcionários questões levantadas pela fusão.

Desde 5 de Maio deste ano, os bancos Millennium Angola e o Privado Atlântico passaram a ser uma única entidade – o Banco Millennium Atlântico – em conclusão ao processo de fusão anunciado no ano passado.

De acordo com um regulamento interno do ex-BMA, no capítulo sobre remuneração, um gerente de balcão recebe o salário de 1.750 dólares, que, ao câmbio de 121,009 Kz fixado pela gestão do banco, chega ao valor de 211.765 kwanzas.

Para os gerentes de balcão do ex-BPA, os vencimentos mensais mínimos foram estipulados em 2.500 dólares e são pagos em kwanzas ao câmbio do dia, segundo a fonte. Ou seja, se um gerente de balcão recebia 2.500 dólares, passa a receber, por exemplo, 427.957 kwanzas (ao câmbio de 171,7 Kz) uma diferença de 102% face aos ordenados praticados pela gestão do Millennium.

As diferenças salariais justificam-se com as diferenças de raiz das duas entidades fundidas, já que o Millenium era vocacionado para a banca comercial, e o Atlântico para o segmento ‘private’, que exigia um conjunto de valências diferenciadas de uma equipa menor.

90,7

Mil kwanzas corresponde à remuneração de um assistente comercial no ex-Millennium.

102%

Corresponde à diferença de salários entre os colaboradores do ex-Millennium e os colaboradores do ex-Atlântico.

No entanto, os gestores comerciais do ex-Millenium e demais colaboradores descontentes já pensam em buscar alternativas de emprego.

Em resposta ao VE a nova entidade diz “desconhecer a informação citada e que tem a intenção de aproveitar todos os recursos disponíveis, ou seja todos os colaboradores, seu principal activo estratégico,

para financiar as famílias, empresas e projectos estruturantes que possam contribuir para o desenvolvimento sustentado da economia angolana”.

“Dizem-nos que, em função da fusão, poderá haver um reajuste nos salários, para todos. Mas o que é verdade é que essas alterações só vão abranger os colaboradores contratados antes de nove de Junho de 2015”, argumentou uma das fontes, citando uma ordem de serviço do ex-Millennium Angola.

Se no escalão de gerentes de balcão a diferença salarial é de 102%, a tendência é ainda maior quando comparada entre os colaboradores de base. No caso do assistente comercial do ex-BMA, por exemplo, foi fixado um salário mínimo de 750 dólares, equivalentes a 90.756 kwanzas, ao câmbio de 121,009 kwanzas. Já no ex-BPA, os assistentes ganham 1.400 dólares, correspondentes a 239.656 kwanzas, ao câmbio do dia 19 de Maio.

A Lei Geral de Trabalho estipula no seu artigo 164º que “o empregador é obrigado a assegurar para um mesmo trabalho ou para um trabalho de igual função, em função das condições de prestação da qualifi-

cação e do rendimento, a igualdade de remuneração entre os trabalhadores sem qualquer discriminação, com respeito pelas disposições desta lei”. Sendo que a fusão em causa é recente e não tem precedentes no país, a nova instituição poderá ser obrigada a criar novas categorias salariais para acomodar os funcionários em conformidade com a lei.

‘KWANZA FRACO’ PRESSIONA SALÁRIOS

Até 8 de Junho do ano passado, os salários dos colaboradores do ex-Millennium eram processados em kwanzas com indexação ao dólar, à taxa de câmbio de 121,009 kwanzas. Cinco meses depois, a comissão executiva decidiu ‘desindexar’ os salários ao dólar e fixou 150 kwanzas como a taxa de referência. Medida justificada com a desvalorização da moeda nacional.

Com essa última alteração, precisamente a 24 de Novembro de 2015, os colaboradores do Millennium passaram a receber os salários à taxa de câmbio de 150 kwanzas, alteração que que só viria a ter impacto nos vencimentos dos antigos colaboradores. Ou seja, os que entraram para os quadros do banco antes de 9 de Junho.

“A nova realidade cambial do país obriga-nos a reduzir drasticamente os custos indexados a moeda estrangeira e, nessa linha, para podermos continuar a desenvolver o Banco Millennium Angola de uma forma sustentada, a gestão do Banco Millennium Angola decidiu, em acordo com seus acionistas, a desindexação dos seus salários dos seus colaboradores ao dólar, a partir do mês de Novembro, fixando a remuneração de 1USD igual a 150 Kz”, informou a comissão executiva, em nota distribuída aos colaboradores.

De lá para cá, os colaboradores do BMA recebem os seus ordenados em kwanzas, obedecendo a duas taxas de câmbio: de 121,009 kwanzas, para os novos colaboradores e de 150 Kz, para os quadros contratados até 8 de Junho de 2015.

De acordo com a nova entidade (o Banco Millennium Atlântico), a fusão visa “potenciar as forças complementares do Millennium Angola e do Atlântico”. Com a operação, os acionistas, preveem criar um “banco universal incontornável em Angola, servindo com excelência todos os segmentos de clientes” da economia.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na **tpa 1**.

Reposição às segundas-feiras à 01h.

[www\(tpa\).ao](http://www(tpa).ao)



Empresas & Negócios



©IE

100

Milhões de dólares era o volume de negócio anual da ECN, antes da crise financeira.

610

Número de funcionários da fábrica, situada na Huíla

10

Mil caixas e barris de cervejas N'gola chegam mensalmente a Luanda para comercialização.

EMPRESA AUMENTA LINHA DE PRODUÇÃO, MAS FACTURAÇÃO CAI

Produção de cervejas N'gola recua 8%

DESACELERAÇÃO. A produção de cervejas N'gola, que rondava os 750 mil hectolitros/ano, baixou para cerca de 690 mil, por força da crise financeira que assola a economia. A marca angolana já chega à Namíbia.

Por António Miguel

Há dois anos, a fabricação de uma grade de cerveja custava a empresa 800 kwanzas, actualmente, o valor subiu para 1500 kwanzas. Com os custos de produção alterados, o volume de negócio da empresa, que rondavam os 100 milhões de dólares/ano caiu. “Baixou ligeiramente devido à desvalorização do kwanza”, afirmou João Lopes, sem pormenorizar a percentagem da queda.

A Empresa de Cervejas N'gola (ECN) registou um abrandamento anual da sua produção na ordem dos 8%, nos últimos dois anos. Até 2014, a fábrica, sediada na Huíla, produzia 750 mil hectolitros de cervejas N'gola. Segundo o director da ECN, João Lopes, a desaceleração é consequência da situação crítica que a economia angolana enfrenta.

Deste modo, a direcção da empresa vê frustrada a intenção de aumentar os níveis de fabrico da N'gola, anunciada em 2014, aquando da apresentação de uma nova linha de produção, que tem capacidade para produzir 12 mil barris de cerveja por mês. Com o novo equipamento, a firma conta com três linhas de produção. “Trabalha diariamente na melhoria

MEMORIZE

- **A Empresa de Cerveja N'gola** foi criada a 11 de Maio de 1974 e durante os 40 anos de existência nunca esteve parada. Com 610 trabalhadores (apenas sete estrangeiros), a ECN é actualmente gerida pela Castel, o mesmo grupo que gere a Cuca e a Eka.

contínua dos seus serviços, mantendo sempre o foco na satisfação dos clientes”, diz o gestor.

Expandir para os mercados da região Norte do país era o que se pretendia com o aumento da produção. Apesar da crise financeira, nem tudo corre mal. A ECN conseguiu atingir, pelo menos, o mercado de Luanda, onde mensal-

mente são distribuídos, em supermercados, cerca de 10 mil caixas de cervejas e barris de fino, em restaurantes.

“A qualidade da cerveja tem-se mantido irrepreensível, o que atrai novos consumidores e mantém os consumidores fiéis ligados à marca, cada vez mais jovem, fresca e sofisticada”, regozija-se João Lopes.

O que também a crise financeira não impede é a produção de garrafas descartáveis, que foi pensada com o objectivo de exportar esta cerveja angolana. Por esta altura, a fábrica huilana faz chegar à Namíbia. “Na fronteira do lado da Namíbia pode encontrar-se bastante produto N'gola. Porém as quantidades ainda são muito pequenas.

Maioritariamente, a N'gola é consumida no Sul de Angola, com destaque para a Huíla, Namibe, Cunene e Kuando Kubango. Nestas províncias, de acordo com o director da ECN, a marca lidera, com uma cota de mercado na ordem dos 90%. O gestor reconhece que os níveis de produção ainda estão aquém do desejado, avançando que, mesmo na região Sul, o fornecimento é feito com limitações.

Na fábrica da N'gola, faz-se ainda engarrafamento de produtos da companhia Coca-Cola (Coca-cola, Fanta, Sprite e Youki). A produção anual destes refrigerantes também recuou de 350 mil hectolitros para os 300 mil hectolitros.

Embora se esteja a enfrentar a situação da crise, João Lopes afirmou que até agora não houve nenhum despedimento na ECN, que conta com 610 funcionários. Mas ‘o mau momento’ impede a empresa de admitir novos quadros.

ENERGIA SÓ EM AGOSTO

As máquinas que produzem cervejas e refrigerantes da ECN são movidas por grupo de geradores, por falta de energia da rede pública. Segundo João Lopes, só em Agosto a fábrica terá acesso à energia da rede pública, na sequência de um projecto que está em execução, em parceria com o governo da Huíla.

Embora não tenha avançado o valor dos custos com os combustíveis dos geradores, o interlocutor deixou claro que este facto encarece a produção da N'gola e dos refrigerantes da Coca-Cola, sem esquecer o custo de importação de matérias-primas. Malte, por exemplo, é importado da Europa e Austrália. A água é praticamente a única matéria-prima que a ECN não importa. A N'gola é feita com a água da nascente da Tundavala.



A EMPRESA AUSTRALIANA Lucapa Diamond Company vai investir sete milhões de dólares na expansão da concessão mineira de Lulo, província da Lunda-Norte, onde já extraiu alguns dos maiores diamantes alguma vez encontrados no país, informou a entidade em comunicado.



A ENSA - Empresa Nacional de Seguros de Angola - e o Banco Caixa Angola assinam, sexta-feira, em Luanda, um protocolo de parceria sobre Autorização de Débito em Conta (ADC), que visa o pagamento de produtos de seguros em prestações mensais, trimestrais e semestrais.

EMPRESA VAI OPERAR NO SECTOR ELÉCTRICO

Energitec promete criar 500 novos postos de trabalho

INDÚSTRIA. Um novo projecto empresarial, de iniciativa privada, deverá arrancar, nos próximos meses, em Luanda. Trata-se da Energitec, vocacionada para o fabrico e montagem de contadores de energia eléctrica.

Por António Nogueira

Localizada em Luanda, no município de Viana, a implementação da fábrica Energitec vai implicar um investimento na ordem dos 15,3 milhões de dólares. A unidade comporta duas linhas de produção, sendo uma destinada à produção de contadores monofásicos e outra de contadores trifásicos.

Para a viabilização do projecto foi assinado, na passada sexta-feira, em Luanda, um contrato entre a Energetic e a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP). Na ocasião, o responsável de apoio tecnológico da fábrica, António Papoila, garantiu que o projecto vai gerar 500 postos de trabalho directos, dos quais 437 para cidadãos nacionais e 63 para expatriados.

A fábrica terá uma capacidade para produzir mil contadores/dia, mas o objectivo é instalar 220 mil a 250 mil contadores/ano, segundo explicações avançadas por António Papoila.

O responsável fez saber, por outro lado, que a unidade fabril está escalonada para receber mais linhas de produção, sendo que possui uma área coberta de mais de 3 mil metros quadrados e uma

15,3

Milhões de dólares, total do investimento previsto na implementação da fábrica da Energitec.

capacidade instalada para produzir mais de 1 milhão de contadores.

No acto de assinatura, António Papoila assegurou que a unidade vai começar a ser instalada, a partir de Agosto próximo, prevendo-se o arranque dentro de seis a nove meses.



O projecto vai adoptar tecnologia portuguesa e pretende atingir o mercado da África Austral.

Por sua vez, o chefe do departamento administrativo e dos serviços gerais da UTIP, Pedro Dala, referiu que a assinatura do contrato representa um passo importante no que respeita à diversificação da economia, fundamentalmente para o sector industrial.

“A implementação deste projecto vai ao encontro da política do Executivo de substituição das importações, pois, ao gerar novos postos de trabalho, vai também proporcionar rendimentos directos, melhorar as rendas das famílias, diminuir os níveis de pobreza e elevar os níveis de satisfação da

população angolana”, disse.

O VE apurou que novos contratos de investimento privado devem ser rubricados entre a UTIP e os gestores de novos projectos empresariais, nos próximos tempos, sendo que alguns dos quais já beneficiaram de despacho presidencial para posterior publicação no Diário da República.

Entre os já aprovados e despachados, a nível presidencial, destaque para o projecto de investimento privado, denominado Pumangol Industrial, Limitada, avaliado em cerca de 295 milhões de dólares e um outro, designado Dacafy, Limitada, calculado em 40 milhões de euros.

RELATÓRIO DE BALANÇO

Lucros da GA Seguros avançam 15,8% em 2015



As actividades da GA Angola Seguros registaram lucros de 776,8 milhões Kwanzas, entre Janeiro e Dezembro de 2015, um crescimento de 15,8% face aos 670,8 milhões registados nas contas do ano anterior, revelou ao VALOR o CEO da entidade, Paulo Bracons.

De acordo com o gestor, contribuíram para os resultados da empresa os prémios de seguros emitidos pela seguradora, que, em finais do ano passado, ficaram contabilizados em 20,5 mil milhões kwanzas, mais 19,8% do que o recolhido

em 2014, quando as contas apontavam para 17,1 mil milhões kwanzas.

Do resultado obtido, o seguro obrigatório de responsabilidade civil foi o que mais contribuiu para as contas de 2015, com o ramo automóvel ligado às empresas a responder por dois terços do volume de negócio da seguradora e os particulares com um terço do total, segundo o gestor.

“O ramo automóvel representa 20% do volume de negócio da GA, equivalentes a 5.225 milhões de kwanzas. É dos ramos mais expressivos na nossa carteira de seguros”, afirmou Paulo Bracons, sublinhando que o número pode subir

dado que os seguros são ainda baixos face ao número de automóveis em circulação.

Paulo Bracons acredita que, com o aumento das redes de distribuição e da cultura dos seguros, o peso do sector segurador no Produto Interno Bruto (PIB) do País poderá evoluir a níveis acima de 1%.

“O sector segurador só vai desenvolver-se quando todas as seguradoras criarem as redes de agentes de seguros que, com a sua capilaridade, podem chegar a pontos onde hoje, nós, as seguradoras não conseguimos”, considera Paulo Bracons.

Para o caso da GA, está já em marcha, segundo o seu CEO, um

plano de alargamento das redes de agências e pontos de venda. Um desafio que poderá contar com um investimento de 30 milhões de dólares, que o novo acionista do grupo marroquino Saham Finance prevê aplicar entre 2016 e 2018.

METAS PARA 2016

Entre os objectivos da seguradora para o ano de 2016, constam, para já, os desafios da construção da nova sede, a entrada de novos produtos e serviços no portfólio da empresa, além da mudança de marca, de GA para Saham Angola Seguros, que deve acontecer no início do mês de Junho.

NR

(In)formalizando

COSTUREIROS COM MERCADO CRESCENTE

Trajes africanos como alternativa ao tradicional

TÊXTEIS. Costurar roupas africanas tem sido uma alternativa para os tradicionais alfaiates e costureiros. As tendências da moda vão ditando o negócio, e a crise obriga a arranjar soluções fora do convencional. O traje africano está de volta.



Por Amélia Santos

Com e sem formação na área de corte e costura, muitos costureiros nos dias de hoje deixaram de fazer apenas 'remendos' e passaram a confeccionar trajes de gala. A maior parte herdou a profissão do pai, tio ou vizinho. Um exemplo é de Ngola Fernando, de 54 anos, que está na profissão

há 30. Começou, incentivado pelo tio, no bairro Prenda em Luanda. Mas há cerca de 20 anos que trabalha no Mártyres de Kifangondo, onde tem um atelier. Antes, tratava de outro tipo de roupas, mas especializou-se no traje africano, porque "a juventude procura mais, por causa da moda".

Segundo 'tio Ngola', como é conhecido no bairro, os feitios das roupas são do gosto dos clientes. "Eles vêm com uma foto da roupa que desejam e nós fazemos" Muitas vezes, são os próprios profissionais que apresentam cartazes onde constam os feitios e o cliente concorda ou não.

Neste atelier, um vestido ou uma roupa de criança pode custar até três mil kwanzas, com o pano a ser fornecido pelo cliente, enquanto o de adulto, também com o próprio pano, pode custar entre os cinco mil e os 12 mil kwanzas, se levar forro.

Os meses de maior procura para confeccionar roupas africanas são aqueles que têm dias comemorativos, como o Março, dedicado à mulher, o Maio, com o Dia de África, e Junho, o mês da criança. Nestas datas, os costureiros garantem que "o rendimento é maior", com o aumento do número de encomendas. Além de ser usado no dia-a-dia, o traje afri-

A arte da costura ganhou novo alento com a moda africana

Já no atelier do 'mestre' Toko Neves, também no Mártyres de Kifangondo, é possível encontrar cartazes com vários feitios. Segundo o costureiro, com 58 anos, a procura dos trajes é "muito grande", tanto por homens como por mulheres. 'Mestre' Neves acredita que actualmente a juventude procura usar mais a roupa africana, porque, "vendo os outros países a valorizarem a sua cultura, faz o mesmo".

Desde 1974 que se dedica à costura, 'Mestre' Neves garante que vive apenas desta profissão que aprendeu no Congo Brazzaville. Consegue sustentar a mulher e quatro filhos e ainda resolver outros problemas familiares por via da costura.

Apesar disso, vai sentindo algumas dificuldades. Entre elas, a falta de indústrias têxteis que produzam a matéria prima no país e, claro, a crise. 'Mestre' Neves lamenta que, apesar dos preços dos panos aumentarem, os costureiros estejam "impedidos de subir o preço das roupas para não perderem clientes", o mercado da costura e alfaiaria funciona com a normalidade de poucos no país e a concorrência e a oferta regulam os preços.

O Mestre não hesita em aconselhar os jovens a aprenderem a profissão, "porque pode ajudar no auto-sustento", além de evitar a delinquência e outros vícios. "É necessário que os jovens tenham calma na hora de aprender e não tenham pressa em ter lucros, porque a prática leva à perfeição", recomenda.

O jovem Francisco da Silva, com apenas 23 anos, faz costura desde 2006 no bairro Casqueiro, em Luanda, ou seja, quando tinha apenas 13 anos. Aprendeu também a profissão com o pai. Foi aprendendo a apreciar o trabalho. Recorda-se que uma das suas primeiras roupas não saiu na perfeição, mas, com a ajuda do pai, tornou-se um dos costureiros mais procurados no bairro.

O valor das roupas varia muito dependendo do feitio, tamanho e qualidade do pano, que por sua vez, sofre variações de preços, conforme a sua origem.

Em Luanda, o mercado que mais fornece panos é o do Kikolo. Mas os mercados de São Paulo, dos Kwanzas e algumas casas de venda e na rua são bons fornecedores de panos aos costureiros.

DE ONDE CHEGAM OS PANOS

- *Congo
- *China
- *Holanda
- *França

TIPOS DE PANOS MAIS COMUNS

- *Panos do Congo
- *Wax holandês

PANOS EM ANGOLA:

- *Samacaca / colorido e a preto e branco

cano começa a ser moda também nos alembamentos, tanto com os noivos como convidados.

DE JURE

DIRECTORES NACIONAIS SEM DIREITO A VEÍCULOS DE USO PESSOAL

Estado reduz despesas com viaturas de luxo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Directores nacionais deixam de usufruir do direito a veículos de uso pessoal. A medida tomada pelo Governo visa uma “maior racionalização” das despesas públicas. Com a entrada em vigor da Lei do Património Público, o Estado passa a poupar, anualmente, cerca de nove mil milhões de kwanzas.

Por Adriano Adão



Com a alteração da Lei do Património Público, o Estado passa a poupar cerca de nove mil milhões de kwanzas, montante que servia para a manutenção de aquisição de viaturas atribuídas a gestores públicos. A proposta, votada na generalidade pelo Parlamento na semana passada, tem, como objectivo, “a redução da despesa pública” com a compra de “veículos de luxo” e a “racionalização” dos recursos financeiros, em consequência da baixa do preço do petróleo, segundo o ministro das Finanças, Armando Manuel.

Ainda assim, o orçamento aprovado prevê despesas para a compra de viaturas na ordem dos 16 mil milhões de kwanzas. “Pretende-se adequar os critérios e procedimentos para aquisição de veículos aos funcionários do Estado que não sejam titulares de cargos políticos e equiparados”, esclareceu Armando Manuel.

O documento sofreu ligeiras alterações, ficando os directores nacionais sem o direito de usufruto de viaturas pessoais. Os

16

mil milhões de kwanzas é a verba destinada este ano para a compra de viaturas

9

mil milhões de kwanzas é o valor que o Estado conta poupar este ano com os limites na compra de viaturas. Icas do mundo gerem fortunas herdadas

outros titulares, como o Presidente e o vice-Presidente da República, juízes-presidentes dos tribunais superiores, deputados, ministros e ministros de Estado, governadores, procurador-geral da República, provedor de Justiça, juízes conselheiros dos tribunais superiores e outros detentores de cargos políticos, continuam a usufruir deste direito.

Com a entrada em vigor da lei, os directores nacionais e outros titulares, dirigentes e funcionários públicos terão direito à aquisição de viaturas próprias com recurso ao crédito, sendo o Estado avalista, de acordo com as condições que serão regulamentadas pelo Presidente da República. Para alteração do referido diploma, o Governo

fez um estudo comparado com vista a associar as melhores práticas internacionais, associadas à aquisição, à afectação e uso de veículos do Estado, tendo tomado como referências sete países, entre eles, Portugal, Brasil, Reino Unido, África do Sul e Estados Unidos da América.

Durante a plenária que aprovou o diploma, o deputado do MPLA, Sérgio Santos, elogiou a iniciativa do Governo em tomar “medidas que visam alterar a situação financeira”. “As famílias e as empresas já estão a sentir as consequências da situação que vivemos. Estávamos à espera do apoio categórico da oposição nesta medida. É necessário cortes na compra de viaturas de luxo.”

REACÇÕES



Sérgio Santos,
Deputado MPLA



Estávamos à espera do apoio categórico da Oposição nesta medida. É necessário cortes na compra de viaturas de luxo.



Fernando Heitor,
Deputado UNITA



Felictizo as práticas de racionalidade económica que estão a ser adoptadas em relação ao património do Estado.



André Mendes de Carvalho,
Deputado CASA-CE



A lei retirou o direito às viaturas pessoais para os directores nacionais e atribuiu este direito aos magistrados.



- Betão Pronto
- Pré-fabricados de Betão
- Pré-esforçados Ligeiros
- Betuminoso
- Aluguer de Equipamentos



BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIROS

- Vigotas
- Painel e Laje Alveolar



- Laje TT
- Ripas



BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Gestão

Mo Ibrahim é um dos investidores africanos mais respeitados no mundo



CRIOU O MAIOR GRUPO DE TELECOMUNICAÇÕES DE ÁFRICA

Mo Ibrahim: o ‘gigante’ da boa governação

TELECOMUNICAÇÕES. Nasceu no Sudão, estudou no Egipto, tornou-se cidadão britânico e criou a maior empresa de telecomunicações africana. Mohamed Ibrahim preferiu deixar os negócios e dedicar-se a premiar quem dá exemplos de boa governação em África. Quando se celebra o Dia de África, o VE recorda um dos investidores mais respeitados no mundo.

Por Emídio Fernando

Em 2005, quase a completar 59 anos, Mohamed Ibrahim resolveu vender a sua Celtel por quase quatro mil milhões de dólares à empresa de telecomunicações do Kuwait. Com o dinheiro, criou a Fundação Mo (diminutivo de Mohamed) Ibrahim que luta contra a corrupção em África e premeia a boa governação. Mas o sucesso não tem sido total. Em dez anos, apenas entregou o prémio a cinco antigos chefes de Estado que destacaram pelo exemplo na governação e abandono do poder voluntariamente. Nos outros anos,

o júri não encontrou motivos para entregar o galardão de 500 mil dólares anuais, entregues durante 10 anos. Desde 2007, foram distinguidos Nelson Mandela, da África do Sul, Joaquim Chissano, de Moçambique, Pedro Pires, de Cabo Verde, Festus Gontebanye Mogae, do Botsuana, e Hifikepunye Pohamba, da Namíbia.

O prémio é talvez a maior ‘coroa de glória’ do empresário sudanês que estudou engenharia electrónica na prestigiada Universidade de Alexandria, no Egipto, e completou a formação superior em Londres, no Reino Unido. Mal acabou o curso, dedicou-se às telecomunicações e criou a própria empresa, a Mobile Systems International projectada para redes móveis. Depois, fundou a Celtel International, que se tornou no maior fornecedor de serviços de comunicações móveis em África e um dos maiores no

4

mil milhões de dólares, valor aproximado da venda da Celtel, a empresa de Mo Ibrahim

76,8

milhões de africanos usavam um telemóvel em 2004, contra os 7,5 milhões registados em 1999

Médio Oriente. Instalou-se numa dúzia de países e dizem os especialistas “mudou a forma como as pessoas viviam”.

Mo Ibrahim nasceu em 1946, no Sudão, filho de um vendedor ambulante e de uma doméstica. Ainda jovem, a família mudou-se para o Egipto o que permitiu ao jovem Mohamed estudar na universidade, beneficiando de apoios sociais dados a estudantes muçulmanos. Licenciou-se em Alexandria, mas resolveu regressar ao Sudão, onde conseguiu empregar-se na Sudan Telecom, uma empresa estatal.

Com menos de 30 anos, decidiu rumar para Inglaterra para voltar a licenciar-se na Universidade de Bradford, doutorar-se em Birmingham e com pós-graduações em Londres. Além das telecomunicações, desenvolveu trabalhos na área de frequência de rádio, que lhe permitiu ser professor em Greenwich. Mas a carreira académica teve vida curta. A vocação empresarial ‘empurrou-o’ a criar uma empresa de consultoria e ‘software’, a Mobile Systems International (MSI).

Na década de 1990, dedicou-se a África, através da MSI Investments, mais tarde transformada

em Celtel International. Ao contrário dos outros negócios, a Celtel começou por ser um operador e não uma mera consultora. Logo na fundação, Mo Ibrahim impôs uma regra: a Celtel estava absolutamente impedida de aceitar qualquer tipo de corrupção. E obrigou os co-fundadores a assinar um documento em que se comprometiam a não aceitar subornos.

A Celtel acabou por constituir um grande sucesso, mudando o cenário de serviços de comunicações móveis. Desde o seu surgimento, o número de telefones móveis no continente cresceu de 7,5 milhões, em 1999, para os 76,8 milhões até 2004.

Quando, em 2000, vendeu a MSI por cerca de 900 milhões USD, a empresa já tinha 17 filiais e empregava 800 pessoas. Cinco anos depois, vendeu a Celtel e criou, em Londres, a Fundação Mo Ibrahim que estabeleceu um sistema, o Índice Ibrahim, que classifica, promove e incentiva uma maior responsabilização dentro das empresas africanas.

Em 2007, a Fundação lançou o Prémio Mo Ibrahim para o Sucesso na Liderança Africana. Desde 2010, Mo Ibrahim tem sido um apoiante activo da Comissão da Banda Larga para o Desenvolvimento Digital, uma iniciativa das Nações Unidas que visa difundir os benefícios dos serviços de banda larga para as zonas mais carentes onde vivem pessoas ainda não conectadas.

Mohamed Ibrahim integra vários doutoramentos ‘honoris causa’ em África e na Europa, é casado e tem dois filhos. A mais velha dirige a Fundação, o mais novo é futebolista profissional.

A justiça económica e as eleições presidenciais norte-americanas



KENNETH SCHEVE

Professor de Ciências Políticas na Universidade de Stanford



DAVID STASAVAGE

É professor de Ciências Políticas na Universidade de Nova York University

Os eleitores nos Estados Unidos, este ano, têm mostrado o seu descontentamento com os candidatos tradicionais e viraram-se para os anti-'establishment'. Tanto democratas como republicanos, mas estes em maior número. Há um factor evidente que alimenta a agitação eleitoral: muitos norte-americanos comuns pensam que o 'baralho' está contra eles. Na verdade, quando se pergunta se "acha que o sistema económico norte-americano geralmente favorece os ricos ou é justo para a maioria dos americanos?", há uma gritante maioria (71%) - incluindo a maioria dos republicanos - que afirma que o sistema favorece os ricos.

O sistema tributário dá um importante contributo para se chegar a essa conclusão. Quando se pergunta aos norte-americanos especificamente sobre impostos, nasce a mesma ideia: a maioria dos eleitores (62%) acredita que o sistema fiscal dos EUA favorece os ricos. Em resposta a este crescente ressentimento, os candidatos presidenciais, de ambos os partidos, comprometeram-se a restabelecer a justiça económica e reformar o sistema fiscal.

Os três candidatos anti-'establishment' mais proeminentes propuseram planos fiscais totalmente diferentes. Bernie Sanders, um independente que se candidata pelo Partido Democrata, propõe um aumento de impostos de 15,3 triliões de dólares na próxima década. Sob este plano, os ricos iriam sofrer com os maiores aumentos, com uma taxa de imposto marginal que poderia chegar aos 54,2% sobre os rendimentos.

O candidato do Partido Republicano, Donald Trump, também apresentou um plano fiscal radical, como fez o rival Ted Cruz. Mas a

mudança proposta por Trump vai exactamente na direcção oposta, procurando reduzir as receitas totais durante a próxima década em 9,5 triliões (o plano de Cruz previa uma redução de 8,6 triliões e defendia a criação de um imposto fixo sobre os rendimentos ajustado a uma taxa de 10%).

Isto levanta uma questão óbvia: Porque é que os eleitores que acreditam que o sistema fiscal é injusto apoiam candidatos que defendem soluções tão radicalmente diferentes?

Há quem afirme que os eleitores pobres e os de classe média, que apoiam os planos fiscais republicanos, simplesmente são enganados. Mas a resposta completa é muito mais complicada e muito mais interessante.

Uma pesquisa feita por nós, que examinou os debates fiscais

dos EUA ao longo dos últimos 200 anos, sugere uma outra razão: as pessoas podem concordar que a tributação possa ser justa, mas discordam fundamentalmente sobre a definição de 'justiça'.

Para alguns eleitores norte-americanos, a justiça baseia-se no princípio da 'capacidade para pagar': os ricos devem ser tributados com as taxas mais elevadas, porque podem pagar mais facilmente. Outros, não menos inflexíveis sobre a importância da equidade, definem a justiça em termos de 'igualdade no tratamento'.

Para estes últimos eleitores, a equidade significa que todos devem ser tributados à mesma taxa. Tal como numa democracia em que cada um tem direito a um voto durante as eleições. Não deve ser surpreendente que muitos norte-americanos tenham esta visão. Os estudos mostram que, mesmo numa era de crescente desigualdade, uma parte significativa dos eleitores continua a defender a criação de um imposto fixo.

Estes dois pontos de vista da equidade podem ser simplesmente um outro sintoma da polarização política nos EUA. Mas há uma área em que ambos os lados concordam: ninguém acredita que os ricos devam ser sujeitos a taxas

mais baixas do que pagam os contribuintes com rendimentos baixos e médios.

E, no entanto, de acordo com os dados mais recentes disponíveis do IRS, é exactamente isso que o sistema fiscal dita: é uma sorte estar no grupo de 1% dos que têm os rendimentos mais elevados; dentro deste grupo, quanto mais rico for um indivíduo, menor será efectivamente o seu imposto.

Provavelmente, é uma coincidência que a única coisa que todas as propostas dos candidatos presidenciais tenha em comum seja a eliminação de privilégios para os contribuintes mais ricos. Os candidatos, tanto democratas como republicanos, comprometeram-se a revogar a lei que permite aos proprietários de fundos e a gestores de capitais próprios pagar uma taxa mais baixa do que outros assalariados.

Da mesma forma, Bernie Sanders e a rival do Partido Democrata, Hillary Clinton, defendem efectivamente acabar com o tratamento diferenciado das mais-valias, uma das principais razões para que os norte-americanos mais ricos, muitas vezes, desfrutem de taxas mais baixas. Hillary Clinton - a mais 'establishment' entre todos os candidatos - propõe introduzir a que é conhecida como a 'Regra de Buffett' (criada para o bilionário Warren Buffett, que cunhou o termo), que cria uma taxa efectiva de imposto mínimo para quem tem rendimentos elevados.

Apesar das enormes diferenças filosóficas entre as duas partes sobre o tamanho adequado do governo, o que foi eleito em Novembro só tem uma maneira incontroversa de resolver o ressentimento dos eleitores. Ele - ou ela - pode garantir que os ricos não paguem taxas mais baixas do que todos os outros. Este seria um primeiro passo para restabelecer basicamente uma justiça económica.



Internacional



CANADÁ PERDE MAIS DE 16 MILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO/DIA

Fogos devastam economia de Alberta

DESTRUÇÃO. O longo incêndio, que dura este mês todo, já provocou prejuízos de oito mil milhões de dólares. A indústria petrolífera é a mais atingida, numa província que já sofreu com a recessão o ano passado. Mais de 90 mil pessoas tiveram de abandonar as casas.

Por Emídio Fernando

O Canadá já fez cálculos ao dinheiro que precisa para reconstruir o que o longo incêndio que tem consumido, durante vários dias, floresta em Alberta: oito mil milhões de dólares.

O incêndio, apelidado de 'A Besta', já é considerado o maior desastre natural da história canadense e tem devastado uma área de mais de 600 mil hectares. Até ao final da semana passada, já tinha destruído 506 mil hectares e destruído mais de 2400 infra-estruturas na província de Alberta. As chamas atingiram sobre tudo a cidade de Fort McMurray. No terreno, estiveram envolvidos mais de dois mil bombeiros, 161 helicópteros, 29 aviões e 377 máquinas pesadas. O fogo destruiu mais de um quinto das

casas da cidade e obrigou 90 mil pessoas a abandonar as suas habitações. Os voos foram cancelados porque as chamas chegaram a atingir o aeroporto internacional.

O gigantesco incêndio começou na floresta a 1 de Maio e estendeu-se ao longo deste mês, provocando uma destruição devastadora, numa região petrolífera que contribui fortemente para a economia do Canadá.

Um estudo elaborado pela Conference Board of Canada (CBC), uma organização sem fins lucrativos, calcula que estes incêndios florestais possam custar à indústria petrolífera cerca de 985 milhões de dólares. A região produzia 1,2 milhões de barris por dia. Em 14 dias, regista o relatório à que a agência portuguesa Lusa teve acesso, o incêndio destruiu 16,8 milhões de barris de petróleo durante 14 dias.

Mas estes números devem pecar por defeito. Os cálculos foram feitos numa semana em que se registava uma maior calma com as chamas

mais controladas, mas rapidamente readquiriam uma maior intensidade.

A ONG calcula ainda que a economia de Alberta, a província mais rica do Canadá, diminui 0,1%. Já o ano passado, Alberta tinha sido afetada por uma recessão, influenciada pelo preço do petróleo no mercado internacional. Com a reconstrução, calcula a CBC, a economia possa crescer, mas avisa que vai estar longe da pujança atingida há três anos.

O governo de Alberta fez saber que os habitantes de Fort McMurray, alojados em várias zonas fora de Alberta, possam regressar à cidade apenas a partir de 1 de Junho próximo, numa reinstalação que será faseada e poderá estar concluída em 15 dias.

As autoridades canadianas ainda não divulgaram os resultados do inquérito sobre as origens do incêndio, limitando-se apenas a lembrar que o tempo seco, as temperaturas elevadas e uma floresta muito densa poderão ter contribuído para o início do incêndio.

PRESIDENTE AMEAÇA SER MAIS DURO

Braço-de-ferro na Venezuela

O presidente da Venezuela ameaçou aumentar o nível do estado de emergência para um mais elevado, caso entenda que o país se está a tornar "num palco de violência em busca de um golpe de Estado". Foi a resposta de Nicolás Maduro às manifestações de rua que reclamam a revogação do seu mandato e um referendo. "Não hesitarei em declará-lo se isso for necessário para lutar pela paz e segurança do país", afirmou Maduro depois de uma reunião com os seus aliados do Partido Socialista Unido (PSUV).

Na semana passada, a oposição venezuelana organizou protestos, em várias cidades, para pressionar a autoridade eleitoral a contar as 1,8 milhões de assinaturas recolhidas com vista a convocar um referendo que revogue o mandato de Maduro. O governo respondeu com medidas extremas em Caracas e limitou a movimentação dos milhares de pessoas

que tentavam chegar à Praça Venezuela, onde se encontra o Conselho Nacional de Eleições. Foram encerradas 14 estações de metro, carreiras de autocarros e as ruas estavam pejadas de cordões policiais.

A polícia disparou gás lacrimogéneo contra os manifestantes, que queimaram pneus e tentaram agredir agentes. O governo revelou que foram detidas 17 pessoas. No Twitter, o líder opositor, Henrique Capriles, pediu para se fazer "mais pressão" sobre Nicolás Maduro.

Na Venezuela, vigora o estado de emergência económica desde Janeiro, com limitações em dias de trabalho e no consumo. Este é o segundo de três níveis de emergência. O terceiro, que Maduro ameaça agora convocar, tem um prazo de 90 dias, que pode ser prolongado e é como se o país estivesse em guerra.

A Venezuela atravessa uma das piores crises económicas da sua história recente. A inflação subiu para 720% em 2016, segundo o FMI e há carência de alimentos e de material médico e uma crise energética.

O governo de Nicolás Maduro tomou medidas extremas e limitou a movimentação de milhares de pessoas





O PRIMEIRO-MINISTRO de Israel aceitou as condições do líder de extrema-direita, Avigdor Lieberman, e nomeou-o ministro da Defesa. Para salvar o governo, Benjamin Netanyahu ainda pensou fazer uma aliança com a esquerda.



UM AVIÃO da EgipAir caiu no mar da Grécia com 66 pessoas, quando fazia a rota Paris-Cairo. Não houve sobreviventes. As autoridades francesas e egípcias admitiam, na sexta-feira, que poderia ter sido um atentado.



Um referendo a 23 de Junho pode afastar a Grã-Bretanha da UE

REINO UNIDO ENTRE DUAS PORTAS

Artistas querem Europa

Mais de 300 actores, entre escritores, músicos e outros artistas britânicos, assinaram uma carta aberta contra a saída do Reino Unido da União Europeia (o processo chamado 'Brexit') e que foi publicada pela campanha 'Britain Stronger in Europe'.

Entre os signatários contam-se os famosos actores de Hollywood, como

Jude Law, Keira Knightley e Benedict Cumberbatch, o escritor John Le Carré, o arquiteto Richard Rogers e a estilista Vivienne Westwood.

Na carta, os artistas defendem que a Grã-Bretanha "não é só mais forte dentro da Europa, mas também a mais imaginativa e a mais criativa, e o nosso sucesso criativo global seria gravemente enfraquecido se a abandonarmos", sublinhando que "deixar" a Europa seria um salto para o desconhecido para milhões de pessoas". Os artistas recordam ainda que "o finan-

amento da União Europeia é vital" e que o trabalho artístico transfronteiriço "tem sido essencial para inúmeros projectos, desde exposições em galerias a grandes sucessos de bilheteira no cinema".

A Grã-Bretanha realiza um referendo a 23 de Junho, que pode afastar o país da UE. As sondagens continuam a apontar para uma enorme divisão entre o eleitorado, tornando difícil antecipar qual será o resultado da consulta convocada em Fevereiro pelo primeiro-ministro David Cameron.

THULISILE MADONSELA SOMA PRESTÍGIO NA ÁFRICA DO SUL

Luta anti-corrupção dá prémio

Aprovedora anti-corrupção da África do Sul, Thulisile Madonsela, venceu este ano o 'Prémio África' atribuído pela Fundação Alemanha-África. Esta prestigiada organização premeia personalidades que promovem a paz, a democracia e os direitos humanos no continente africano.

Thulisile Madonsela tem estado no



Thulisile Madonsela pode ser uma potencial candidata a presidente da África do Sul

centro da política sul-africana. Exigiu a devolução de parte do dinheiro público pelo presidente Jacob Zuma para remodelar a casa de campo. É chamada 'a voz dos que não têm voz' e tida como uma mulher com vontade férrea de combater os abusos do poder e a corrupção. Foi ela também quem denunciou a família de Julius Malema, líder da oposição, por ter beneficiado indevidamente de uma adjudicação de uma obra.

Thulisile Madonsela foi nomeada para o cargo de provedora anticor-

rupção em 2009. Cinco anos depois, foi considerada pela revista norte-americana Time como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo. Conquistou, ainda em 2014, o título de 'Mulher de Coragem', atribuído pela revista Glamour. Venceu também o prémio 'Integridade' da organização Transparência Internacional. O seu mandato termina este ano e muitos admitem que possa ser uma potencial candidata a presidente da República, devido ao prestígio que granjeou.

NÚMERO 2 DE LULA CONDENADO Pena dura para José Dirceu

José Dirceu, o antigo ministro que chegou a ser o 'braço direito' de Lula da Silva, foi condenado a mais 23 anos de prisão por corrupção e branqueamento de capitais, num processo integrado no 'Lata Jato'. Antes desta condenação, José Dirceu cumpria uma pena de 10 anos de prisão no processo 'Mensalão'.



José Dirceu vai cumprir mais 25 anos de prisão

Ambiente

DEFENDE EUGÉNIO SOARES, ESPECIALISTA EM AMBIENTE

Lixo pode gerar saúde e dinheiro

ECOLOGIA. O lixo constitui um dos maiores desafios de Angola e de muitos países. Mas o especialista Eugénio Soares aponta caminhos para o seu tratamento e garante que por detrás dos resíduos sólidos estão recursos que podem dar bons lucros.

Por Edno Pimentel

Angola vive actualmente um dos piores momentos da sua história: a crise económica e, de modo paralelo, a crise do lixo. Este tem trazido sérios problemas de saúde, com a criação de vectores das grandes epidemias, como a febre-amarela e o paludismo. No entanto, segundo o mestre em Engenharia Ambiental, Eugénio Soares, os resíduos sólidos, se bem aproveitados, podem, ao invés de prejuízo, tornar-se numa via através da qual se criam recursos para fomentar negócios e gerar empregos.

E foi pensando na utilidade dos resíduos sólidos que Eugénio Soares criou um projecto denominado 'Oficina de compostagem: uma opção económica e sustentável', que propõe, além da recolha, oferecer outras soluções para um problema que é actual e global.

Trata-se de um projecto que já lhe valeu um prémio da petrolífera Total, num valor inicial de 70 mil dólares para a criação de uma empresa. A oficina de compostagem tem como foco não só o processamento dos resíduos sólidos mas também fins económicos. Eugénio Soares quer apostar, sobretudo, na educação ambiental, na consciencialização das pessoas sobre a importância do tratamento correcto, dos benefícios dos materiais recicláveis, da utilização dos adubos naturais para a agricultura,



Os compostos biodegradáveis podem ser saudáveis para a preparação dos solos

contribuindo assim para a saúde e preservação dos solos.

Segundo o engenheiro, o problema dos resíduos sólidos em Angola não se vai resolver apenas com a colecta, sendo necessário, também, usar as ferramentas que a Engenharia Ambiental oferece para

que a solução seja eficiente. "Actualmente, o nosso sistema de gestão de resíduos é apenas a colecta e a deposição em aterros sanitários. É preciso incluir a reciclagem, uma vez que a própria natureza está encarregada de devolver ao solo todas as suas propriedades iniciais."

MEMORIZE

- **Compostagem** é o processo ecológico natural que consiste na decomposição biológica de resíduos orgânicos, do qual resulta um produto (composto) usado como adubo.
- **Reciclagem:** tratamento de resíduos ou materiais usados, de forma a poderem ser reutilizados ou transformados em novas matérias-primas e novos produtos.



70

Mil dólares é o valor inicial disponibilizado pela petrolífera Total para o arranque do projecto ambiental de compostagem de resíduos.

Países como o Brasil, Namíbia e África do Sul já usam a compostagem dos resíduos orgânicos, o lixo da poda das árvores para o fabrico e venda de fertilizantes orgânicos. Só desta forma, defende Eugénio Soares, "é possível minimizar a crise do lixo em Angola".



EM EXTINÇÃO Criado refúgio para o manatim africano

O Instituto Nacional da Biodiversidade (INBA) criou, num dos seus afluentes no rio Kwanza, um refúgio para a protecção do manatim africano, popularmente conhecido como peixe-mulher.

Localizado no município da Quiçama, em Luanda, o refúgio vai ajudar na mitigação da pressão humana sobre este animal em vias de extinção, de acordo com declarações do técnico do INBAC Miguel Xavier. "A pressão que pesa sobre o animal, como a caça furtiva, continua a ser uma das situações que coloca em risco a sobrevivência desta espécie", declarou.

O técnico acrescentou que, além da carne, que apreciadores dizem ser melhor que a do porco e da vaca, o caçador do manatim aproveita a pele para fins diversos, os dentes para a confecção de colares e a gordura como óleo vegetal.

Além do refúgio, esforços estão a ser envidados para criar um santuário para a conservação, estudos e promoção do ecoturismo.

O manatim africano é um mamífero aquático que vive nos rios, mas que, em certas situações, pode também cruzar os oceanos.

O animal é considerado pela União Internacional da Conservação da Natureza (IUCN) uma espécie em vias de extinção. O manatim africano, em Angola, encontra-se nos rios Kwanza, Longa, Loge, Dande e Nzenza.

Educação & Tecnologia

DE TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO

Feira adiada para Julho

Por Pihia Rodrigues

A5.ª edição da EXPO TIC, a exposição ligada a Tecnologia de Informação e Comunicação, foi adiada para ser apresentada na FILDA em Julho num pavilhão dedicado apenas à Tecnologia de Informação e Comunicação.

A EXPO TIC - Salão Internacional

de Tecnologias de Informação Comunicação de Angola normalmente é organizada em meados de Maio e, para este ano, chegou a estar previsto para os dias 19 a 22 na FILDA.

Salvador Cardoso informou que a organização da feira empresarial deste ano, que tem lugar de 19 a 24 de Julho, "pretende incentivar mais os empresários nacionais a afirmarem-se no mercado", por notarem que nas edições passadas sempre houve forte presença dos estrangeiros, que "utilizavam a feira como porta de entrada", estabelecendo contac-



Milhares de pessoas visitam as exposições das novas tecnologias

tos e com isso conseguiam fixar-se no mercado nacional.

O responsável da FILDA defende que os nacionais "devem ombrear" com os estrangeiros nos investimentos. A preocupação do director passa por equilibrar, a partir mesmo da FILDA, a presença de nacionais em

relação aos estrangeiros, o que não se notava nas edições passadas, não só no sector das TIC, mas de uma forma geral nas exposições.

O nível de adesão e qualidade dos serviços exibidos demonstram que Angola, a par de outros países, "está cada vez mais a marcar

presença na incorporação de novas tecnologias na sua economia", nas suas empresas e indústrias, acredita o responsável da FILDA.

Na EXPO TIC vão estar, além de empresas públicas e privadas, instituições de ensino, como institutos médios e universidades.

SOBRE GESTÃO

Bolsas de doutoramento disponíveis

Pelo menos sete bolsas de doutoramento estão disponíveis para candidatos de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor Leste, no âmbito do con-

curso em Saber Tropical e Gestão (Tropical Knowledge and Management – TropiKMan PhD, em inglês) acolhido pela Nova School of Business and Economics (Nova SBE), Portugal.

O TropiKMan destina-se a licenciados e mestres em Ciências Agrárias, do Ambiente, da Vida, da Saúde, Sociais, Economia, Ges-

tão e História, motivados para pensar temas de fronteira, numa perspectiva multidisciplinar e que queiram, através do empreendedorismo, usar a ciência e tecnologia para a promoção do desenvolvimento em regiões tropicais.

O programa tem a duração de quatro anos, ao fim dos quais, o estudante obtém o grau de doutor

em três ramos possíveis: Agronegócio e Governação para o Desenvolvimento, Agrobiotecnologia ou Ciências da Saúde.

O TropiKMan é oferecido por um consórcio internacional que reúne a Nova SBE, e o Instituto de Higiene e Medicina Tropical, ambas da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade

'José Eduardo dos Santos' (UJES), o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e ainda as universidades de Cabo Verde (UniCV), 'Eduardo Mondlane' (UEM), Estadual de São Paulo, (UNESP) e de Pretória (UP).

São aceites candidaturas de estudantes que tenham concluído a licenciatura até 31 de Março de 2016 e que tenham comprovado o interesse em Gestão e na sua aplicação ao saber tropical.

O concurso, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, oferece uma propina anual de 2.750 euros, um subsídio de manutenção mensal de 980 euros, além do subsídio de instalação e viagem, no primeiro ano, de 1.600 euros.

O concurso está aberto até 31 de Maio. Todas as candidaturas devem ser enviadas para research.office@novasbe.pt ou, por correio, para Research Office (Gab. 318), Nova School of Business and Economics, Campus de Campo-lide, 1099-032 Lisboa, Portugal.



Licenciados da Universidade Metodista de Angola

MEMORIZE

- O TropiKMan destina-se a licenciados e mestres em Ciências Agrárias, do Ambiente, da Saúde, Economia, Gestão e História.

31

de Maio é a data limite para a entrega das candidaturas às bolsas de doutoramento.

Marcas & Estilos



Ao pé da ousadia

O 'Eight Neck Monet' é mais um vestido de praia, em seda estampada, inspirado nas cores da arte do célebre Monet. É uma peça que pode ser utilizada em diversas ocasiões. Encontre-o na Kuia Concept Store, na Baía de Luanda.



Ventilador de mesa

A possibilidade de não ter os olhos presos, por alguns minutos, neste ventilador de mesa é quase nula. Tão cativante quanto funcional, a Fanimation Fargo combina o estilo vintage com a tecnológica.



Abotoadeiras de classe

Esta coleção tem sido o ponto alto dos bate-papos do ano. Se existe algo que ilustra a evolução e que envolve a moção e o movimento, as abotoadeiras 'Tateossian' aparecem em primeiro lugar.



Versatilidade em grande

Os especialistas da Peugeot não se queriam ficar pelas estradas e motores sonorizados. No seu aniversário, ou no dia de São Valentim, um pingente de colar deste gabarito transforma-se num presente caído do céu.



Vestindo tecnologia

A Ralph Lauren criou a 'PoloTech', que funciona com um iPhone ou com um relógio da Apple e fornece dados reais na prática de exercícios. A PoloTech Shirt é produzida com fibra de prata capazes de fazer uma leitura da rotação cardíaca e medir a respiração.



Luxos aquáticos

É aqui onde se encontra a voluptuosidade inovadora do 'habitat' aquático que cria, de repente, a melhor atmosfera nas suas actividades diárias, relaxando sobre um acrílico pedestal de cascalho vidrado.



BUENOS AIRES

Ao som do tango

Buenos Aires não é só a capital da Argentina. É a cidade do tango, de Piazzolla, dos bailes do fim de tarde. São os 'shows' de tango e de outros estilos que criam paragens obrigatórias para quem a visita e constituem grande parte da vida cultural da capital argentina. Os lugares mais importantes são o Centro Histórico da Cidade, formado pelos bairros de Monserrat e San Telmo. A cidade nasceu na Praça Maior, denominada Praça de Maio. Esta praça é palco de grandes manifestações políticas e é aqui que estão instaladas as instituições administrativas. Vizinhos da praça são a Casa Rosada, Catedral Metropolitana, Banco da Nación Argentina e o antigo Congresso da Nação, onde funciona a Academia Nacional da História. A Avenida de Maio acolhe alguns edifícios de interesse cultural, arquitectónico e histórico: Casa da Cultura, Palácio Barolo e o Café Tortoni. Museus, como o Histórico Nacional e o de Belas Artes, diversas salas de teatro, um planetário, um jardim zoológico e edifícios universitários constituem os outros atractivos da cidade, banhada pelo Rio de La Plata.

ONDE FICAR

A cidade oferece mais de 200 alojamentos desde hotéis de cinco estrelas a 27 apartamentos. A esmagadora maioria encontra-se instalada na zona central nos principais pontos turísticos.

AUTOMÓVEIS

A tradição de sempre

Não há carro com tracção a quatro rodas e alto que não seja chamado Jeep. Mas Jeep autêntico é da fabricante Chrysler. O primeiro modelo surgiu em 1941, pela Willys (que registou a marca) para responder às necessidades da guerra: um carro leve, mas robusto que suportasse todos os terrenos e com capa

cidade para transportar homens. A marca não perde os pergaminhos com este Wrangler de 2016 e que foi lançado para celebrar 75 anos. Vem com interiores de luxo, com motor de seis válvulas e muitos extras. À saída da fábrica, sem impostos, este Wrangler custa, na versão mais simples, 30 mil USD.



“É preciso ir buscar a doutrina dos princípios que não se apagam. Do respeito pela mãe e pelo pai, a maneira de se sentar, cumprimentar. etc...”

“Estamos a fazer um trabalho de ponto de vista mais comercial. Mas aconselho a fazer trabalhos mais de consciencialização do que comercial.”

KANGUIMBO ANANÁZ, ESCRITORA, POETISA E CANTORA

“Os músicos de sucesso, fora de Angola, não retratam a diversidade”

ENTREVISTA. Começou a escrever aos 11 anos poemas soltos, influenciada pelo mundo mágico dos livros infantis. Hoje, com mais de 20 anos de carreira, na escrita e na música, Kamguimbo Ananáz dá conselhos. Pretende lançar um CD acústico de trovas, mas a falta de patrocínios faz repensar. Acredita que um escritor tem de ter vivência e convivência para se orientar melhor.

Por Amélia Santos

Os seus livros têm a capacidade de mudar mentalidades?

Talvez não seria eu a falar deles, por uma questão de humildade. Mas tenho tido uma boa reciprocidade.

Um livro pode mudar a vida de uma pessoa. Concorda?

Temos um défice no gosto e hábitos de leitura. Devemos ser amigos do livro, temos de gostar. Gostando, temos a necessidade de o ler e fazer essa viagem de continente a continente. Se tivermos de falar do livro, começaria pelo infantil que é a base, que é a maioridade, não menoridade. Há pessoas que desprezam a literatura infantil que nunca leram um livro infantil e nunca tiveram a oportunidade de estar absorvido por uma história, sentado numa esteira ou num jango, ou surgir um mais velho que lhe passa uma mensagem.

Nem sempre aquela pessoa que lê um livro consegue pelo menos contar-nos o que leu. Não concordo com a essa história de que quem lê um livro nunca mais é a mesma pessoa. É preciso ler e reler, para conseguir fazer uma leitura transversal e saber contar a história. O escritor tem de ter vivências e convivências. Precisa conhecer intensamente aquilo que se vive num país. É isso que o faz sentir a arte.

Um ‘workshop’ de escrita pode ser relevante ou vantajoso para alguém que ambicione ser escritor?

Podíamos começar com uma formação. Passei por ela na União dos Escritores Angolanos, de iniciação à escrita. Nem todos os jovens recorrem a essa formação. E há especialistas como Lopito Feijóo, Luís Mendonça, Adriano Botelho de Vasconcelos e tantos outros. Há muito plágio na escrita, já demos conta deste défice.

É mais difícil escrever para um adulto ou para uma criança?

Temos de ter uma linguagem cuidada quando se escreve para crianças, porque temos de educar a criança e orientá-la para a vida. É preciso ir buscar a doutrina dos princípios que não se apagam. Do respeito pela mãe e pelo pai, a maneira de se sentar, cumprimentar e etc... tem de haver um diálogo simples.

A literatura para adultos tem de ter aberturas. O que escrevo? Como vou direcionar? Como é que o homem foi formatado? Como é que esse



homem é violento? Entre outros assuntos que devem ter cuidado ao escrever. Tem de se ter a preocupação para o resgate dos valores morais.

Concorda que a nova geração lê pouco?

Concordo. Porque a nova geração não teve essa base. Será que tiveram a oportunidade que tive? O meu papel agora é dar e não guardar.

Qual é o papel do escritor ou músico?

É um formador de consciência. Quando não tem esse papel é por

que naturalmente não teve a base, por mais que nos pintemos não conseguimos fazer nada.

E o que é que a geração da Kamguimbo Ananáz está a fazer?

Estamos hoje a fazer um trabalho de ponto de vista mais comercial. Mas aconselho a fazer trabalhos mais de consciencialização do que comercial. Onde está a música infantil? Todo o trabalho que tiveram as Gingas, Maya Cool, Yuri da Cunha e tantos outros, onde é que encontramos a música infantil? O que é o cupido para mim? Os músicos que estão a fazer sucesso fora

PERFIL

Mara Manuela Cristina Ananáz, de nome artístico ‘Kanguimbo Ananáz’, nasceu a 3 de Fevereiro de 1959, no Namibe. É membro da brigada jovem de Literatura de Angola e da União dos Escritores Angolanos e directora da Casa de Cultura Njinga Mbandi. Licenciou-se em Literatura Portuguesa e Psicologia e é escritora há mais 20 anos e palestrante há 15. É apresentadora e comentadora de vários temas sociais. Publicou os livros ‘Seios do Deserto’, ‘O Avô Sabalo’, ‘Soba Kangueia e a Palavra’, ‘O Regresso Kampong’ e ‘Pétalas Rasgadas’

de Angola não retratam a diversidade cultural de Angola. Hoje não há publicidade de uma música que retrate as quedas de Kalandula, por exemplo, entre outras belezas que Angola tem.

Considera-se popular?

Considero-me uma escritora junto das pessoas. Gosto do que faço. E não posso olhar para as pessoas pelo seu ‘status’ social.

Renaece ou se renova a cada trabalho novo?

Todos os dias renovo-me espiritualmente falando, até porque sou crente. Vou sempre em busca das sinergias espirituais. Todos os dias sou um vaso novo.

É possível viver só da literatura?

Não. Mas sinto na literatura a riqueza, porque alimenta o meu ego e o meu instinto e é dessa forma que consigo no dia-a-dia suportar o mal e o bem. Não sou uma mulher recalcada, cresci bem, apesar das dificuldades que passei sou a 9.ª de 14 filhos.

NÚMEROS DA SEMANA

130

É o número de empresas nacionais e estrangeiras que participaram na sexta edição da Feira Internacional de Benguela (FIB).

56

Mil é o número de litros de água mineral que estão a ser produzidos diariamente na fábrica de água do Soyo/Zaire.

7

Milhões de dólares é o valor que a multinacional australiana Lucapa Diamond Company vai investir no reforço da produção diamantífera na mina do Lulo.

1,8

Milhões de toneladas é a quantidade de ferro que o projecto mineiro-siderúrgico de Cassinga vai produzir, em 2017, de acordo com o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

INSTITUIÇÃO ESTÁ JÁ EM TRÊS PAÍSES DE ÁFRICA

China abre banco em Angola

O Governo autorizou o Banco da China a abrir uma sucursal em Angola.

O documento, assinado pelo Presidente da República, com data de 13 de Maio, estipula que a instituição bancária, detida pelo Estado chinês, opere em território nacional com a designação de Banco da

China – sucursal em Angola.

O banco chinês já tinha anunciado, em Dezembro de 2012, ter sido autorizado por Angola a abrir um escritório de representação em Luanda, configurando-se no primeiro banco de capitais chineses a ter sido aprovado pelo Banco Nacional de Angola.



O comunicado adiantava que o escritório em Angola representava a quarta presença do Banco da China no continente africano, depois das sucursais na Zâmbia, África do Sul e Quénia. A instituição chinesa justificou a abertura do escritório com o desenvolvimento das relações comerciais e económicas entre a China e Angola. “situação que veio exigir uma procura acrescida por serviços financeiros”, lê-se no documento.

Constituído em 1912, o Banco da China é a única instituição bancária chinesa a operar de forma contínua há mais de um século, sendo igualmente o banco comercial mais internacionalizado e diversificado da China, estando presente em Hong-Kong, Macau, Taiwan e em 35 países.

FUNDO SOBERANO APRESENTA RELATÓRIO

Investimentos rondam os 4,7 mil milhões de dólares

Pelo menos, 4,7 mil milhões de dólares é o valor líquido da carteira de investimento do Fundo Soberano de Angola (FSDEA), segundo um comunicado da instituição chegado à redacção do VALOR. A carteira do FSDEA está diversificada internacionalmente e detém alocações aos fundos de capital de risco, a activos de renda fixa e de renda variável, aos derivados financeiros e às moedas.

A alocação a fundos de capital de risco correspondente a 58% da carteira de investimento e é implementado em Angola e outros países da África subsariana. 19% dos 1,1 mil milhões de dólares do fundo de infraestrutura estão investidos em projectos localizados em Angola e

no Quénia. Ainda em Angola e também na Zâmbia foram já investidos 23% dos 500 milhões de dólares do fundo para a hotelaria.

A nota do FSDEA explica ainda que 10% dos 220 milhões de dólares do fundo para a silvicultura estão investidos numa concessão de 'larga escala' de eucaliptos em Angola. 2% dos 245 milhões de dólares do fundo de mineração foram investidos num projecto mineiro na Mauritânia. 12% dos 190 milhões de dólares do fundo de capital estruturado estão investidos num activo localizado na África do Sul. As grandes alocações em Angola, lê-se no documento, previstas para os fundos de agricultura e de saúde, com um capital total de

465 milhões de dólares serão estreadas durante o ano 2016.

O comunicado do Fundo avança ainda que dos 2,7 mil milhões de dólares de património líquido alocado aos fundos de capital de risco, 407 milhões já foram aplicados em investimentos directos em Angola e na região Subsaariana de África.

O período de investimento do património líquido destes fundos de capital de risco é de três a cinco anos, ao passo que a duração da alocação pode ascender os 10 anos. O FSDEA prevê que a alocação prevista de três mil milhões de dólares, de património líquido, para os sete fundos de capital de risco estará totalmente investida em 2020.

Angosat na data prevista

O lançamento em órbita do primeiro satélite angolano, o 'Angosat 1', previsto para 2017, não foi 'beliscado' pela crise e deverá acontecer na data prevista, garantiu o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha.

O Angosat está inserido no Programa Espacial Nacional. O projecto levou dez anos em negociações e dois na implementação. "Este é um momento de oportunidade para o investidor privado desenvolver negócios nas TIC. O sector está aberto", declarou José Carvalho da Rocha, em conferência de imprensa. O satélite, além de servir toda a região de África, vai cobrir parte da Europa, "além de transferir tecnologia complementar à rede e que ainda não cobre todo o país".

O ministro prevê que o Angosat venha a provocar uma importante revolução no mundo académico. Em face disso, afirmou ser a altura propícia de a comunidade académica interessar-se, cada vez mais, começando a formar estudantes nesta nova área da ciência e das tecnologias.



O VALOR ESTA SEMANA

LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS Estado extingue 46

O Instituto Empresarial Público (ISEP) vai extinguir 46 empresas públicas. A operação deverá ocorrer nos próximos meses. O ISEP emitiu um último aviso para que fornecedores, prestadores de serviços, bancos e antigos trabalhadores pudessem remeter toda a documentação para a recuperação de eventuais dívidas. **pág. 11**

MERCADO DE CAPITAIS Banco Sol na BODIVA

O Banco Sol vai poder negociar, dentro de um mês, as primeiras emissões de títulos e dívidas do Estado e outros valores mobiliários, depois de integrar o grupo de 12 instituições bancárias e duas correctoras que fazem as operações de negociação e intermediação na Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA). **pág. 15**



CRISE ATINGE CERVEJAS N'gola reduz produção

A Empresa de Cervejas N'gola (ECN), que até 2014 produzia 750 mil hectolitros de cervejas, reduziu a sua produção em 8% nos últimos dois anos devido à crise financeira. A direção da empresa vê falhada, assim, a intenção de aumentar os níveis de fabrico para cerca de 12 mil barris de cerveja por mês a que se propôs alcançar há dois anos. **pág. 18**